



Itaú

Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3

4º Trimestre de 2025

4T25

Itaú Unibanco Holding S.A.

| | |
|---|-----------|
| Objetivo | 1 |
| Principais Indicadores | 1 |
| Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos | 2 |
| KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais | 2 |
| OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição | 4 |
| Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos | 4 |
| Governança de Riscos e Capital | 4 |
| Cultura Ituber | 6 |
| Apetite de Risco | 7 |
| Teste de Estresse | 8 |
| Plano de Recuperação | 9 |
| Avaliação da Adequação de Capital | 10 |
| Suficiência de Capital | 10 |
| OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) | 11 |
| Comparação entre informações contábeis e prudenciais | 12 |
| LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial | 12 |
| LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco | 13 |
| LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições | 13 |
| PV1: Ajustes prudenciais (PVA) | 14 |
| Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding | 14 |
| Instituições não consolidadas | 18 |
| Instituições relevantes | 18 |
| Composição de Capital | 18 |
| CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) | 18 |
| CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR) | 20 |
| CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial | 22 |
| Indicadores Macroprudenciais | 23 |
| CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico | 23 |
| GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistematicamente importante em âmbito global (G-SIBs) | 23 |
| Razão de Alavancagem | 23 |
| LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA) | 24 |
| LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem | 24 |
| Indicadores de Liquidez | 25 |
| LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez | 25 |
| Estrutura e Tratamento | 25 |
| LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) | 26 |
| LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) | 27 |

| | |
|---|-----------|
| Risco de Crédito | 28 |
| CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito | 28 |
| CR1: Qualidade creditícia das exposições | 29 |
| CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos | 30 |
| CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições | 30 |
| Exposições por setor econômico | 30 |
| Exposições por prazo remanescente de vencimento | 31 |
| Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso | 31 |
| Exposições por região geográfica no Brasil e por país | 31 |
| Maiores exposições | 31 |
| Exposições reestruturadas | 32 |
| CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito | 32 |
| CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito | 33 |
| CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito | 34 |
| CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR) | 35 |
| CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB | 38 |
| CR6: IRB - Exposições ao risco de crédito por carteira e intervalos de PD | 41 |
| CR7: IRB - Efeitos da utilização de derivativos de crédito como instrumentos mitigadores do risco de crédito | 42 |
| CR8: Informações sobre as variações no RWACIRB | 42 |
| CR9: IRB - Comparação entre perdas estimadas e observadas (backtesting) do parâmetro PD por categoria, subcategoria e portfólio | 43 |
| CMS1: Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco | 44 |
| CMS2: Comparação entre RWAcpad e RWAcirb por categoria, subcategoria e portfólio | 45 |
| Risco de Crédito de Contraparte | 45 |
| CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR) | 45 |
| CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada | 46 |
| CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco | 46 |
| CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte | 46 |
| CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito | 47 |
| CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais | 47 |
| Exposições de Securitização | 47 |
| SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização | 47 |
| SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária | 48 |
| SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação | 48 |
| SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora | 48 |
| SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora | 49 |

| | |
|---|-----------|
| Risco de Mercado | 49 |
| MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado | 49 |
| MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado | 51 |
| MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos | 52 |
| MR2: Informações sobre as variações do RWA _{MINT} | 54 |
| Exposições sujeitas a risco de mercado | 54 |
| MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado | 55 |
| MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético | 55 |
| Teste de Aderência | 55 |
| Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos | 56 |
| IRRBB | 56 |
| IRRBBAA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB | 56 |
| Estrutura e tratamento | 57 |
| IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB | 59 |
| ORA – Informações Qualitativas sobre gerenciamento de Risco Operacional | 60 |
| OR1: Histórico de perda operacionais | 61 |
| OR2: Composição do Indicador de Negócios (BI) | 62 |
| OR3: Requerimento de capital para risco operacional | 62 |
| Outros Riscos | 63 |
| Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização | 63 |
| Risco Social, Ambiental e Climático | 63 |
| Risco de Modelo | 65 |
| Risco Regulatório ou de Conformidade | 65 |
| Risco Reputacional | 65 |
| Risco Cibernético | 67 |
| Risco País | 67 |
| Risco de Negócio e Estratégia | 68 |
| Risco de Contágio | 68 |
| Riscos Emergentes | 68 |
| Risco Operacional | 69 |
| Gestão de Crises e Resiliência Operacional | 69 |
| Validação Independente de Modelos de Riscos | 70 |
| Glossário de Siglas | 71 |
| Glossário de Regulamentos | 74 |

Objetivo

O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco *Holding S.A.* (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução BCB nº 54 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital, à comparação entre informações contábeis e prudenciais, à indicadores de liquidez e risco de mercado, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês “*Risk Weighted Assets*”), à apuração do Patrimônio de Referência (PR) e à remuneração de administradores.¹

A referida Resolução trouxe diversas alterações no formato de divulgação das informações de Pilar 3, além de mudanças no escopo e na periodicidade das informações divulgadas. Todas estas alterações, implementadas pelo Banco Central, visam a convergência da regulação financeira brasileira para as recomendações do Comitê de Basileia, buscando a harmonização das informações divulgadas pelas instituições financeiras em nível internacional, e levam em consideração as condições estruturais da economia brasileira.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital apresenta as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório, assim como a descrição das informações que devem ser divulgadas e a governança de confirmação de fidedignidade e aprovações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução nº 4.557.

Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter a instituição dentro das diretrizes de risco do Conselho de Administração (CA). Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 31 de dezembro de 2025.

| Índice de Capital Principal | Índice de Nível I | Índice de Basileia |
|--|--|--|
| 12,3% 30 de setembro de 2025 13,5% | 13,8% 30 de setembro de 2025 14,8% | 15,2% 30 de setembro de 2025 16,4% |

| Capital Principal | Nível I | Patrimônio de Referência |
|--|--|--|
| Em milhões R\$ 185.595 30 de setembro de 2025 R\$ 195.917 | Em milhões R\$ 208.161 30 de setembro de 2025 R\$ 215.466 | Em milhões R\$ 228.589 30 de setembro de 2025 R\$ 238.430 |

| RWA |
|--|
| Em milhões R\$ 1.505.475 30 de setembro de 2025 R\$ 1.454.242 |



■ Capital Principal (CET I) ■ Capital Complementar Nível I (AT1)

(1) Inclui ajustes prudenciais e patrimoniais. (2) A emissão das Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas descritas no Comunicado ao Mercado de 08/10/2025 levou o AT1 a 1,5%.

Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Visando garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência (PR) foram mantidos acima do requerido para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 31 de dezembro de 2025, o PR alcançou R\$ 228.589 milhões, sendo R\$ 208.161 milhões referentes a Nível I e R\$20.428 milhões referentes a Nível II.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 | 30/09/2025 | 30/06/2025 | 31/03/2025 | 31/12/2024 |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Capital regulamentar | | | | | |
| Capital Principal | 185.595 | 195.917 | 188.389 | 180.611 | 188.265 |
| Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo: art. 4º, caput, inciso I, alínea “i”, e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou art. 3º, caput, inciso I, alínea “i”, §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022. | 185.552 | 195.874 | 188.346 | 180.568 | 188.265 |
| Nível I | 208.161 | 215.466 | 215.381 | 202.344 | 206.196 |
| Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a | 208.118 | 215.423 | 215.338 | 202.301 | 206.196 |
| Patrimônio de Referência (PR) | 228.589 | 238.430 | 237.454 | 224.092 | 227.602 |
| Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a | 228.546 | 238.387 | 237.411 | 224.049 | 227.602 |
| Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente | - | - | - | - | - |
| Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a | - | - | - | - | - |
| Destaque do PR | - | - | - | - | - |
| Ativos ponderados pelo risco (RWA) | | | | | |
| RWA total | 1.505.475 | 1.454.242 | 1.436.344 | 1.430.630 | 1.379.056 |
| RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022. | 1.505.432 | 1.454.199 | 1.436.301 | 1.430.587 | 1.379.056 |
| Capital regulamentar como proporção do RWA | | | | | |
| Índice de Capital Principal (ICP) | 12,3% | 13,5% | 13,1% | 12,6% | 13,7% |
| Índice de Capital Principal (ICP) considerando: Numerador: corresponde à linha 1a; Denominador: corresponde à linha 4b | 12,3% | 13,5% | 13,1% | 12,6% | 13,7% |
| Índice de Nível 1 (%) | 13,8% | 14,8% | 15,0% | 14,1% | 15,0% |
| Índice de Nível 1, considerando: Numerador: corresponde à linha 2a; Denominador: corresponde à linha 4b | 13,8% | 14,8% | 15,0% | 14,1% | 15,0% |
| Índice de Basileia | 15,2% | 16,4% | 16,5% | 15,7% | 16,5% |
| Índice de Basileia, considerando: Numerador: corresponde à linha 3a; Denominador: corresponde à linha 4b | 15,2% | 16,4% | 16,5% | 15,7% | 16,5% |
| Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA | | | | | |
| Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%) | 2,5% | 2,5% | 2,5% | 2,5% | 2,5% |
| Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%) ⁽¹⁾ | 0,1% | 0,1% | 0,1% | 0,1% | 0,1% |
| Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%) | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% |
| ACP total (%) ⁽²⁾ | 3,6% | 3,6% | 3,6% | 3,6% | 3,6% |
| Margem excedente de Capital Principal (%) | 3,6% | 4,8% | 5,0% | 4,1% | 4,9% |
| Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a | 3,6% | 4,8% | 5,0% | 4,1% | 4,9% |
| Razão de Alavancagem (RA) | | | | | |
| Exposição total | 2.983.477 | 2.921.612 | 2.855.121 | 2.710.449 | 2.805.181 |
| Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022. | 2.983.434 | 2.921.569 | 2.855.078 | 2.710.406 | 2.805.181 |
| RA (%) | 7,0% | 7,4% | 7,5% | 7,5% | 7,4% |
| RA considerando: i. Numerador: corresponde à linha 2a; ii. Denominador: corresponde à linha 13a | 7,0% | 7,4% | 7,5% | 7,5% | 7,4% |
| Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) | | | | | |
| Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) | 389.723 | 367.777 | 346.084 | 340.855 | 362.609 |
| Total de saídas líquidas de caixa | 181.290 | 168.176 | 161.856 | 173.512 | 163.863 |
| LCR (%) | 215,0% | 218,7% | 213,8% | 196,4% | 221,3% |
| Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR) | | | | | |
| Recursos estáveis disponíveis (ASF) | 1.499.680 | 1.408.603 | 1.393.627 | 1.362.350 | 1.375.854 |
| Recursos estáveis requeridos (RSF) | 1.202.060 | 1.142.829 | 1.150.712 | 1.114.206 | 1.127.870 |
| NSFR (%) | 124,8% | 123,3% | 121,1% | 122,3% | 122,0% |

1) ACPContracíclico é fixado pelas autoridades monetárias das jurisdições que o Banco Itaú possui exposição sendo as mais relevantes o Brasil, em que o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) define em zero (Comunicado BACEN nº 43.228/25), e o Chile, que está definido em 0,5%.

2) As normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico, conforme definido na Resolução CMN 4.958.

O Índice de Basileia atingiu 15,2% em 31 de dezembro de 2025, queda de 1,2 p.p. em relação a 30 de setembro de 2025, devido ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, recompra de ações e crescimento dos ativos ponderados pelo risco, atenuados pelo impacto positivo do resultado do período.

Além disso, o Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R\$ 108.151 milhões, equivalente a 7,2 p.p. acima do mínimo regulatório (8%) e superior à exigência de ACP de 3,6% (R\$ 53.686 milhões). Considerando o ACP, a folga seria de 3,6 p.p.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de imobilização atingiu 19,4%, apresentando uma folga de R\$ 69.887 milhões.

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do Itaú Unibanco e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o Apetite de Riscos articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização, e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Dentre os processos para o adequado gerenciamento de riscos e capital destacam-se a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do arcabouço de Apetite de Risco, que é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS, do inglês “Risk Appetite Statement”) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos, o programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO, do inglês "*Chief Risk Officer*"), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do CA e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que ditam os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Itaú Unibanco no dia a dia para a tomada de decisão são:

- Sustentabilidade e satisfação de clientes: a visão do Itaú Unibanco é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O Itaú Unibanco preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- Cultura de risco: a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, e busca fortalecer a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores, para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios. Está pautada em quatro princípios (a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a

responsabilidade de todos pela gestão de risco), os quais incentivam que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo Apetite de Risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio. A Cultura de Risco está descrita no item “Cultura de Risco”;

- Apreçamento do risco: o Itaú Unibanco atua e assume riscos em negócios conhecidos e entendidos, evitando riscos sobre os quais não se tem conhecimento ou nos quais não há vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- Diversificação: a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diferenciação dos riscos, além de priorizar negócios de menos arriscados;
- Excelência operacional: o Itaú Unibanco quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável para oferecer serviços de alta qualidade;
- Ética e respeito à regulação: para o Itaú Unibanco ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando todos os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

Governança de Riscos e Capital

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú Unibanco, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital exercendo responsabilidades delegadas nestes temas e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que têm o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior. Localmente, o Banco segue as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com destaque para a Resolução nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentre outros reguladores e normas aplicáveis. No âmbito internacional, o Itaú Unibanco segue os padrões definidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, pela Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos e pelas regulamentações locais dos países onde está presente. Adicionalmente, o Itaú Unibanco adere a diretrizes como a Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), aos Principles for Responsible Banking (PRB) da United Nations Environment Programme - Finance Initiative e às Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacando alguns exemplos representativos. O Banco também adota práticas alinhadas às normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) e às melhores práticas de governança corporativa reconhecidas globalmente.

Além disso, o Itaú Unibanco também conta com governança de identificação e monitoramento de riscos emergentes, que são aqueles recém identificados com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material

sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de governança, a saber:

- 1^a linha de governança: as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte são responsáveis diretos por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos por elas originados;
- 2^a linha de governança: área de riscos, tem como objetivo assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, definindo parâmetros para o processo de gestão de riscos e para sua supervisão. Tal controle provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;
- 3^a linha de governança: auditoria interna, que está ligada ao Conselho de Administração e promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas automatizados e robustos para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Cultura Ituber

A gestão de riscos é um elemento intrínseco e transversal na cultura Ituber, que enfatiza a responsabilidade individual de cada colaborador, independente do nível hierárquico, orientando decisões e atitudes baseadas em ética e na redução de riscos que possam afetar o negócio, clientes e sociedade.

Como parte essencial da cultura organizacional, a gestão de riscos influencia a avaliação de desempenho, que considera o alinhamento de cada colaborador aos valores da empresa, com destaque para os seguintes aspectos:

- **Para gente, ética é inegociável:** a integridade permeia todas as decisões e ações, fortalecendo o gerenciamento de riscos
- **A gente é movido por resultado:** o crescimento sustentável é priorizado, com atenção aos riscos e impactos das soluções, garantindo segurança e visão de longo prazo
- **A gente não sabe tudo:** a tomada de decisão é orientada por dados, permitindo a identificação e mitigação de riscos
- **A gente vai de turma:** o trabalho em equipe e a sinalização de questões críticas no momento adequado são fundamentais para evitar ou mitigar riscos
- **A gente quer diversidade:** o conhecimento de oportunidades e riscos socioambientais é essencial para o desenvolvimento de negócios responsáveis

A cultura Ituber reforça que a gestão de riscos não é apenas uma prática, mas um valor que permeia todas as dimensões do negócio.

Para entender mais sobre como a cultura Ituber e a gestão de riscos sustentam nosso negócio, acesse o Relatório Anual Integrado.

Apetite de Risco

O Apetite de Risco articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização e considerando a capacidade de gerenciamento de forma efetiva e prudente, os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório.

O arcabouço de Apetite de Risco é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS - *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos.

Considerando as diretrizes estratégicas do Itaú Unibanco, o Apetite de Risco e suas dimensões são fundamentados na seguinte Declaração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

De forma a tangibilizar a RAS, o Apetite de Risco foi segmentado em seis dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, para obter uma visão abrangente das nossas exposições sobre os tipos e níveis de risco aceitáveis:

- Capitalização: reflete o nível de proteção do Banco contra perdas significativas que poderiam levar ao descumprimento regulatório ou insolvência. Estabelece que o Itaú Unibanco deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada por meio do acompanhamento dos índices de capital do Itaú Unibanco, em situação normal e em estresse, e dos ratings de emissão de dívidas da instituição.
- Liquidez: reflete o nível de proteção do Banco contra um período prolongado de estresse de funding que poderia levar à falta de liquidez e eventual falência. Estabelece que a liquidez do Itaú Unibanco deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada por meio do acompanhamento dos indicadores de liquidez.
- Composição dos resultados: tem por objetivo garantir a estabilidade e sustentabilidade dos resultados, restringindo a volatilidade excessiva e evitando concentrações em portfólios e desvios significativos na especificação e nas provisões. Define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o Itaú Unibanco terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Para tanto, monitora indicadores de risco de Crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas, de Mercado e IRRBB, de Subscrição e de Negócios & Rentabilidade. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.

- Risco operacional: aborda os riscos operacionais que possam comprometer os negócios e a operação do Banco, focando no controle de eventos que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação.
- Reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito por meio de comportamento ético e observância conservadora das normas regulatórias.
- Clientes: aborda riscos que possam impactar a satisfação e experiência dos clientes, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, eventos com impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

As métricas traduzem a RAS e as dimensões em indicadores monitoráveis, que capturam os principais riscos incorridos pela instituição. Elas são monitoradas periodicamente e reportadas ao nível executivo, ao Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e ao CA, que orientam a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

O Conselho de Administração é o responsável pelo estabelecimento e aprovação das diretrizes e limites do Apetite de Risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do Chief Risk Officer (CRO). A governança do Apetite de Risco está registrada em política interna, estabelecida, revisada e aprovada também pelo CA.

Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do Itaú Unibanco. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimativa das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do Itaú Unibanco e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O Itaú Unibanco utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

Plano de Recuperação e Saída Organizada

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 5.187, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO) pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

O Itaú Unibanco possui um relatório que contempla todo o Conglomerado e contém a descrição dos itens abaixo:

I – Funções críticas: atividades executadas pelas entidades abrangidas pelo escopo do planejamento da recuperação e da resolução para terceiros, cuja descontinuidade possa comprometer a estabilidade do SFN, do SPB ou da economia real, devido à dimensão de sua participação na oferta de mercado, às suas interconexões, à sua complexidade ou a outras situações que as impeçam de ser imediatamente substituídas pelo mercado.

II – Serviços essenciais da instituição: serviços prestados para uma ou mais entidades abrangidas pelo escopo do planejamento da recuperação e da resolução, cuja paralisação prejudicaria o funcionamento de uma linha de negócio principal.

III - Instituição de Transição: constituída ou reorganizada para a qual sejam transferidos, no todo ou em parte, bens, direitos e obrigações da instituição submetida a resolução, objetivando a continuidade geral ou parcial de seu negócio ou atividade;

IV - Linhas de negócios principais: atividades imprescindíveis para a viabilidade do conglomerado prudencial ou do grupo econômico, em situação de normalidade, por serem fontes materiais de receita, de ganho de capital ou de valor de mercado;

V – Programa de monitoramento mensal, estabelecendo níveis críticos para um conjunto de indicadores, com vistas ao acompanhamento dos riscos e eventual gatilho para execução do PRSO;

VI – Cenários de estresse, contemplando eventos que possam ameaçar a continuidade dos negócios e a viabilidade da instituição, incluindo testes reversos, que procuram identificar cenários remotos de risco, contribuindo para aumento da sensibilidade na gestão;

VII – Estratégias de recuperação e resolução em resposta a diferentes cenários de estresse, incluindo os principais riscos e barreiras, além dos mitigadores destes últimos e os procedimentos para a operacionalização de cada estratégia;

VIII – Plano de comunicação com partes interessadas, buscando tempestividade na execução do Plano, com o mercado, reguladores e demais públicos de interesse;

IX – Mecanismos de governança necessários à coordenação e execução do PRSO, como por exemplo, a definição do diretor responsável pelo exercício no Itaú Unibanco.

Este plano é revisado bienalmente, sempre que houver alterações materiais ou revisado por determinação do Bacen, e é submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Com essa prática, o Itaú Unibanco consegue demonstrar continuamente que, mesmo em cenários severos, com probabilidade de ocorrência remota, possui estratégias capazes de gerar recursos suficientes para assegurar a manutenção sustentável de atividades críticas e serviços essenciais, sem prejuízos aos clientes, ao sistema financeiro e aos demais participantes dos mercados em que atua.

O Itaú Unibanco assegura a manutenção do exercício de forma a garantir que as estratégias permaneçam atualizadas e viáveis frente às mudanças organizacionais, concorrenenciais ou sistêmicas.

Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional;
- elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse;
- avaliação interna da adequação de capital;
- estruturação dos planos de contingência de capital e de recuperação e saída organizada;
- elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e Instrução Normativa 322.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2024 – apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos. Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos.

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.958 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{CIRB} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB - *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{MPAD} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

| Em R\$ milhões | RWA | | Requerimento mínimo de PR |
|---|------------------|------------------|---------------------------|
| | 31/12/2025 | 30/09/2025 | |
| Risco de crédito em sentido estrito | | | |
| Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada | 1.199.103 | 1.138.362 | 95.928 |
| Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica | 1.119.760 | 1.062.874 | 89.581 |
| Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada | - | - | - |
| Risco de crédito de contraparte (CCR) | 79.343 | 75.488 | 6.347 |
| Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR | 29.789 | 29.491 | 2.383 |
| Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM | 20.340 | 20.812 | 1.627 |
| Do qual: outros | - | - | - |
| Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados | 9.449 | 8.679 | 756 |
| Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo | 6.433 | 4.360 | 515 |
| Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados | - | - | - |
| Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária | 1.109 | 1.330 | 89 |
| Risco de mercado | 50.248 | 61.765 | 4.019 |
| Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD}) | 61.438 | 75.499 | 4.915 |
| Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT}) | 30.685 | 33.578 | 2.454 |
| Risco operacional⁽¹⁾ | 143.006 | 143.006 | 11.441 |
| Risco de Pagamentos (RWA_{SP}) | NA | NA | NA |
| Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR | 62.949 | 66.400 | 5.036 |
| Total | 1.505.475 | 1.454.242 | 120.438 |

1) A parcela dos ativos ponderados pelo risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}) é apurada de acordo com a Resolução BCB nº 356/2023 a partir de jan/25.

Comparação entre informações contábeis e prudenciais

LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial

A principal diferença entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial é a não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, diferença que também gera impacto nas eliminações das transações com Partes Relacionadas.

Dentro do escopo de tratamento prudencial, os procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes prudenciais decorrentes do apreçamento de instrumentos financeiros, assim como a descrição dos sistemas e controles utilizados para assegurar a confiabilidade deste apreçamento são descritos a seguir.

A metodologia de apreçamento dos instrumentos financeiros sujeitos na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, conduzida por área independente às áreas de negócios, considera além dos benchmarks de mercado, os riscos elencados de custo de liquidação das posições, concentração de mercado, pagamento antecipado, risco de modelo, custo efetivo de aplicação de recursos, spread de crédito e demais.

A mensuração do valor justo no Banco Itaú Unibanco segue os princípios contidos nos principais órgãos normatizadores, tais como CVM e BACEN. A instituição tem as melhores práticas em termos de políticas, procedimentos e metodologias de apreçamento e está comprometida em garantir o apreçamento de instrumentos financeiros em seu balanço com os preços referenciados e divulgados pelo mercado, e na impossibilidade disso, despender seus melhores esforços para estimar o que seria o preço justo pelo qual os ativos financeiros seriam efetivamente transacionados, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e, em condições específicas, estes instrumentos podem ser avaliados a modelo. Em todas as situações acima a organização tem um controle dos seus métodos de apreçamento e gestão de risco de modelo.

O processo de verificação independente de preços (IPV) segue as diretrizes contidas na Resolução nº 4.277, com verificação diária dos preços e insumos de mercado executada por equipe independente da equipe de apreçamento. Esse processo também está sujeito as práticas de avaliação independente por parte das equipes de controles internos, auditoria interna e auditoria externa.

A instituição tem um modelo híbrido de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais com duas componentes. A primeira componente é um modelo de avaliação tempestiva avaliando novos produtos, operações e fatores de risco negociados e que verifica o enquadramento e exigibilidade com quaisquer componentes dos ajustes prudenciais existentes. A segunda é uma avaliação periódica que tem como objetivo analisar os ajustes prudenciais existentes em relação a adequada precificação. O processo e a metodologia são avaliados periodicamente e independentemente por controles internos e auditoria interna.

Na linha de outras diferenças da tabela LI2 são reportadas as operações sujeitas a risco de crédito e risco de crédito de contraparte que não são contabilizadas no balanço patrimonial nem em suas contas de compensação.

LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

| | Em R\$ milhões, ao final do período | 31/12/2025 | | | | | |
|--|--|---|------------------------------|---|--|------------------------------|--|
| | | Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria | | | | | |
| | Valores reportados nas demonstrações financeiras | Valores considerados na regulamentação prudencial | Sujeitos ao risco de crédito | Sujeitos ao risco de crédito de contraparte | Sujeitos ao arcabouço de securitização | Sujeitos ao risco de mercado | Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR |
| Ativo | | | | | | | |
| Circulante e Não Circulante | 3.061.050 | 2.677.995 | 2.266.591 | 338.936 | 32.172 | 506.484 | 40.296 |
| Disponibilidades | 37.144 | 37.072 | 37.072 | - | - | 5.608 | - |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 340.388 | 332.989 | 65.429 | 267.560 | - | 33.366 | - |
| Títulos e Valores Mobiliários | 925.416 | 562.220 | 528.457 | - | 32.172 | 163.902 | 1.591 |
| Derivativos | 73.311 | 73.402 | - | 71.376 | - | 12.833 | 2.026 |
| Operações com Característica de Concessão de Crédito | 1.229.943 | 1.231.915 | 1.195.297 | - | - | 191.750 | 36.618 |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências | 282.008 | 282.008 | 282.008 | - | - | 24 | - |
| Ativos Fiscais Correntes e Diferidos | 92.994 | 88.623 | 88.562 | - | - | - | 61 |
| Outros Ativos | 79.846 | 69.766 | 69.766 | - | - | 99.001 | - |
| Permanente | 35.227 | 61.220 | 44.438 | - | - | - | 16.782 |
| Investimentos | 9.047 | 35.661 | 35.273 | - | - | - | 388 |
| Imobilizado de Uso | 9.595 | 9.165 | 9.165 | - | - | - | - |
| Imobilizado de Arrendamento | - | - | - | - | - | - | - |
| Ágio e Intangível | 16.585 | 16.394 | - | - | - | - | 16.394 |
| Total do Ativo | 3.096.277 | 2.739.215 | 2.311.029 | 338.936 | 32.172 | 506.484 | 57.078 |
| Passivo | | | | | | | |
| Circulante e Não Circulante | 2.890.647 | 2.511.453 | - | 501.829 | - | 354.329 | 2.009.624 |
| Depósitos | 1.114.482 | 1.125.298 | - | - | - | 83.113 | 1.125.298 |
| Captações no Mercado Aberto | 456.158 | 456.420 | - | 442.380 | - | 86.279 | 14.040 |
| Instrumentos de Dívida | 415.630 | 417.298 | - | - | - | 3.757 | 417.298 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 147.164 | 147.162 | - | - | - | 5.099 | 147.162 |
| Derivativos | 69.899 | 69.800 | - | 59.449 | - | 6.918 | 10.351 |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências | 109.961 | 109.670 | - | - | - | - | 109.670 |
| Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar | 1.794 | 1.794 | - | - | - | - | 1.794 |
| Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização | 360.617 | - | - | - | - | - | - |
| Demais Provisões | 15.849 | 15.620 | - | - | - | - | 15.620 |
| Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas | 23.941 | 18.428 | - | - | - | - | 18.428 |
| Outros Passivos | 175.152 | 149.963 | - | - | - | 169.163 | 149.963 |
| Total do Passivo | 2.890.647 | 2.511.453 | - | 501.829 | - | 354.329 | 2.009.624 |

LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

| | Em R\$ milhões | Valores | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------------------|---|--|------------------------------|
| | | Total | Sujeitos ao risco de crédito | Sujeitos ao risco de crédito de contraparte | Sujeitos ao arcabouço de securitização | Sujeitos ao risco de mercado |
| Total de ativos considerados na regulamentação prudencial | 2.682.137 | 2.311.029 | 338.936 | 32.172 | 506.484 | |
| Total de passivos considerados na regulamentação prudencial | 501.829 | - | 501.829 | - | 354.329 | |
| Valor líquido considerado na regulamentação prudencial | 2.180.308 | 2.311.029 | (162.893) | 32.172 | 152.155 | |
| Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial | 303.982 | 178.707 | 125.275 | - | - | |
| Diferenças no apreçoamento de instrumentos financeiros | - | - | - | - | - | |
| Outras diferenças | 468.583 | (8.807) | 477.390 | - | - | |
| Exposições consideradas para fins prudenciais | 2.952.873 | 2.480.929 | 439.772 | 32.172 | 152.155 | |

PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

| Em R\$ milhões | | | | | | | 31/12/2025 | |
|--|-----------|---------------|--------|-----------|-------------|------------|------------------------------------|-------------------------------|
| | Ações | Taxa de juros | Câmbio | Crédito | Mercadorias | Total | Do qual: na carteira de negociação | Do qual: na carteira bancária |
| Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais: | - | - | - | 4 | - | 4 | - | 4 |
| Custo de liquidação das posições | - | - | - | 4 | - | 4 | - | 4 |
| Concentração de mercado | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Risco de pagamento antecipado | - | 40 | - | 55 | - | 95 | - | 95 |
| Risco de modelo | 52 | 54 | - | 6 | - | 112 | 52 | 61 |
| Risco operacional | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Custos efetivos de aplicação e captação de recursos | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Spread de risco de crédito | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Custos administrativos futuros | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 52 | 94 | - | 65 | - | 211 | 52 | 160 |

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial.

| Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial | País de Origem ⁽¹⁾ | % Participação Total |
|---|-------------------------------|----------------------|
| Acácia FIDC Direito Creditorio Responsabilidade LTDA | Brasil | 100,00% |
| Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI | Brasil | 100,00% |
| Angico FIDC Segmento Infraestrutura e Agronegócio de Responsabilidade Limitada | Brasil | 100,00% |
| Banco Invested Unibanco S.A. | Brasil | 50,00% |
| Banco Itaú (Suisse) S.A. | Suíça | 100,00% |
| Banco Itaú Chile | Chile | 67,42% |
| Banco Itaú Consignado S.A. | Brasil | 100,00% |
| Banco Itaú International | Estados Unidos | 100,00% |
| Banco Itaú Paraguay S.A. | Paraguai | 100,00% |
| Banco Itaú Uruguay S.A. | Uruguai | 100,00% |
| Banco Itaú Veículos S.A. | Brasil | 100,00% |
| Banco ItauBank S.A. | Brasil | 100,00% |
| Banco Itaucard S.A. | Brasil | 100,00% |
| Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios | Brazil | 93,99% |
| Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil | Brasil | 100,00% |
| FIDC B2cycle NPL | Brasil | 100,00% |
| FIDC Cloudw Akira I | Brasil | 96,88% |
| FIDC Kiwify | Brasil | 83,23% |
| FIDC Mobilitas | Brasil | 86,85% |
| FIDC Sumup Solo | Brasil | 93,39% |
| Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento | Brasil | 53,88% |
| Fundo De Invest Dir Créditórios Não Padron NPL II | Brasil | 100,00% |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA | Brasil | 100,00% |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul | Brasil | 93,97% |
| Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário | Brasil | 100,00% |
| Fundo Kinea Ventures | Brasil | 99,92% |
| IA II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada | Brasil | 100,00% |
| Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | Brasil | 50,10% |
| Ideal Holding Financeira S.A. | Brasil | 50,10% |
| Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | Brasil | 100,00% |
| Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itaú (Panamá) S.A. | Panamá | 67,06% |
| Itaú Administradora de Consórcios Ltda. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A | Uruguai | 100,00% |
| Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd. | Bahamas | 100,00% |
| Itaú Bank & Trust Cayman Ltd. | Ilhas Cayman | 100,00% |
| Itaú Bank, Ltd. | Portugal | 100,00% |
| Itaú BBA Europe S.A. | Reino Unido | 100,00% |
| Itaú BBA International Plc. | Brasil | 100,00% |
| Itaú BBA Trading S.A. | Uruguai | 100,00% |
| Itaú BBA Trading S.A. - Sucursal Uruguay | Estados Unidos | 100,00% |
| Itaú BBA USA Securities Inc. | Estados Unidos | 67,42% |
| Itaú Chile New York Branch. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros | | |

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

| Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial ⁽²⁾ | País de Origem ⁽¹⁾ | % Participação Total |
|---|--------------------------------------|-----------------------------|
| Itaú Colombia S.A | Colômbia | 67,06% |
| Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A. | Colômbia | 67,06% |
| Itaú Corredores de Bolsa Limitada | Chile | 67,42% |
| Itaú Corretora de Valores S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Fiduciaria Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria | Colômbia | 67,04% |
| Itaú International Securities Inc. | Estados Unidos | 100,00% |
| Itaú Invest Casa de Bolsa S.A. | Paraguai | 100,00% |
| Itau Isento Julho 28 FIC de Fundos Infra RF Incentivo Resp Limitada ⁽³⁾ | Brasil | 6,76% |
| Itau Isento Marco 29 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada | Brasil | 1,00% |
| Itau Isento Marco 30 FIC de Fundos Incentivados de Inv Financeiro em Infra RF Resp Limitada | Brasil | - |
| Itau Isento Setembro 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF Resp Limitada | Brasil | 8,43% |
| Itau Isento Setembro 29 FIC de Fundos Incentivados | Brasil | 0,38% |
| Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito | Brasil | 100,00% |
| Itaú Unibanco Holding S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch | Ilhas Cayman | 100,00% |
| Itaú Unibanco S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Unibanco S.A., Miami Branch | Estados Unidos | 100,00% |
| Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch | Bahamas | 100,00% |
| Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda. | Brasil | 100,00% |
| ITB Holding Ltd. | Ilhas Cayman | 100,00% |
| Kinea CO-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário | Brasil | 99,98% |
| Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficfi CP | Brasil | 100,00% |
| Kinea FOF Imobiliário FIF Multimercado - Responsabilidade Limitada | Brasil | 75,49% |
| Kinea I Private Equity FIP Multiestrategia | Brasil | 99,68% |
| Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado | Brasil | 100,00% |
| Licania Fund Limited | Ilhas Cayman | 100,00% |
| Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento | Brasil | 50,00% |
| Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor | Brasil | 100,00% |
| NC 2025 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | Brasil | 100,00% |
| NC 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | Brasil | 100,00% |
| OCA Dinero Electrónico S.A. | Uruguai | 100,00% |
| OCA S.A. | Uruguai | 100,00% |
| Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior | Brasil | 100,00% |
| Pont Sociedad Anónima | Paraguai | 100,00% |
| Redecard Instituição de Pagamento S.A. | Brasil | 100,00% |
| Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A | Brasil | 100,00% |
| RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI | Brasil | 100,00% |
| RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento | Brasil | 100,00% |
| Tangerina Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada | Brasil | 100,00% |
| Tarumã 2 FIF Fundo Incentivado em Investimento em Deb de Infra RF Cred Priv Resp Limitada | Brasil | 100,00% |
| Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado | Brasil | 100,00% |
| Théros Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas | Brasil | 100,00% |
| TOP 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada | Brasil | 100,00% |
| Vitex FIF Fundo Incentivado em Investimento em Debêntures de Infra RF Cred Priv Resp Limitada | Brasil | 100,00% |

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) O TOP 2025 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 30/09/2025.

3) Nova denominação social da Itau Isento Marco 30 FIC de Fundos Incentivados de Inv Financeiro em Infra RF Resp Limitada

Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário.

| Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário ^(2,3) | País de Origem ⁽¹⁾ | % Participação Total |
|--|--------------------------------------|-----------------------------|
| Administradora de Fondos de Ahorro Previsional Itaú S.A. | Uruguai | 100,00% |
| Albarus S.A. | Paraguai | 100,00% |
| Ank Platform S.A. | Argentina | 100,00% |
| Avita Corretora de Seguros S.A. | Brasil | 80,00% |
| Beta Correspondente e Tecnologia LTDA | Brasil | 100,00% |
| Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento | Brazil | 100,00% |
| Cia. Itaú de Capitalização | Brasil | 100,00% |
| Conexão Tecnologia de Pagamentos LTDA | Brasil | 100,00% |
| Estrel Serviços Administrativos S.A. | Brasil | 100,00% |
| FC Recovery S.A.U. | Argentina | 100,00% |
| iCarros Ltda. | Brasil | 100,00% |
| IGA Participações S.A. | Brasil | 100,00% |
| Investimentos Bemge S.A. | Brasil | 86,81% |
| Itaú Administradora General de Fondos S.A. | Chile | 67,42% |
| Itaú Asesorias Financieras Limitada | Chile | 67,42% |
| Itaú Asset Management Administradora de Fondos Patrimoniales de Inversión S.A. | Paraguai | 100,00% |
| Itaú Bahamas Directors Ltd. | Bahamas | 100,00% |
| Itaú Bahamas Nominees Ltd. | Bahamas | 100,00% |
| Itaú BBA Assessoria Financeira S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A. | Chile | 100,00% |
| Itaú Chile Participaciones SpA | Chile | 100,00% |
| Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A. | Colômbia | 67,41% |
| Itaú Corredores de Seguros Limitada | Chile | 67,42% |
| Itaú Corretora de Seguros S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Europe S.A. | Luxemburgo | 100,00% |
| Itaú Holding Colombia S.A.S. | Colômbia | 67,42% |
| Itaú Institucional Renda Fixa Fundo de Investimento | Brazil | 100,00% |
| Itaú International Holding Cayman Ltd. | Ilhas Cayman | 100,00% |
| Itaú Rent Administração e Participações Ltda. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Seguros Paraguay S.A. | Paraguai | 100,00% |
| Itaú Seguros S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Sociedade Prestadora de Serviços Ativos Virtuais LTDA | Brasil | 100,00% |
| Itau Unibanco Asset Management Ltda. | Brasil | 100,00% |
| Itaú Unibanco Comercializadora de Energia Ltda. | Brasil | 100,00% |
| Itaú USA Asset Management Inc. | Estados Unidos | 100,00% |
| Itaú Vida e Previdência S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itauseg Participações S.A. | Brasil | 100,00% |
| Itauseg Saúde S.A. | Brasil | 100,00% |
| ITB Holding Brasil Participações Ltda. | Brasil | 100,00% |
| IU Corretora de Seguros Ltda. | Brasil | 100,00% |
| Kinea Investimentos Ltda. | Brasil | 80,00% |
| Kinea US Asset Management LLC | Estados Unidos | 80,00% |
| Mundostar S.A. | Uruguai | 100,00% |
| PR Curitiba Mariano Torres Ltda. | Brasil | 100,00% |
| Proserv - Promociones y Servicios, S.A. de C.V. | México | 100,00% |
| Provar Negócios de Varejo Ltda. | Brasil | 100,00% |
| Recaudaciones y Cobranzas Limitada | Chile | 67,42% |
| Recovery do Brasil Consultoria S.A. | Brasil | 100,00% |
| Red Visual S.A. | Uruguai | 100,00% |
| Resonet S.A. | Uruguai | 100,00% |
| RJ Niteroi Icarai Ltda. | Brasil | 100,00% |
| RT Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa | Brazil | 100,00% |
| RT Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa | Brazil | 100,00% |

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem

2) A FIC Promotora de Vendas Ltda. compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 30/11/2025.

3) O Itaú International Holding Limited compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 31/10/2025.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

| Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário | País de Origem ⁽¹⁾ | % Participação Total |
|--|-------------------------------|----------------------|
| RT Defiant Multimercado - Fundo de Investimento | Brasil | 100,00% |
| RT Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento | Brasil | 100,00% |
| RT Mocah Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa - Responsabilidade Limitada | Brasil | 100,00% |
| RT Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado | Brasil | 100,00% |
| RT Nation II Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa - Responsabilidade Limitada | Brasil | 100,00% |
| RT Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento | Brasil | 100,00% |
| RT Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento | Brasil | 100,00% |
| SP Alameda Franca LTDA | Brasil | 100,00% |
| SP Amadeu Amaral Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Antonia Queiroz Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Augusta Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Av Juscelino Kubitschek Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Av Morumbi Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Av. Jabaquara Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Av. Rangel Pestana Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Bairro Moema Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Bairro Sumarezinho Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Bairro Vila Guilherme Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Brooklin Rua Santo Amaro Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Butanta Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP CEAGESP Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Clelia Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Eusebio Matoso Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Itaberaba Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Maracatins Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Nova JK Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Padre João Manuel Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Pássaros e Flores Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Rua Da Consolacao Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Rua Das Palmeiras Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Santos Embare Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Santos Jose Menino Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Senador Queiros Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Serra De Bragança Ltda | Brasil | 100,00% |
| SP Vila Clementino Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SP Vila Olímpia Araguari Ltda. | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 01 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 02 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 03 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 04 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 05 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 06 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 07 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 08 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 09 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 10 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 11 LTDA | Brasil | 100,00% |
| SPE IRA 12 LTDA | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 13 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 14 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 15 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 16 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 17 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 18 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 19 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 20 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 21 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 22 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 23 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 24 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 25 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 26 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Spe Ira 27 Ltda | Brasil | 100,00% |
| Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A. | Brasil | 100,00% |
| ZUP Innovation Corp. | Estados Unidos | 100,00% |

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

As tabelas de instituições apresentadas acima representam o escopo total de empresas do Conglomerado do Itaú Unibanco.

Instituições não consolidadas

A seguir, estão as instituições coligadas e as controladas em conjunto não consolidadas no Balanço Societário e Prudencial:

| Instituições não consolidadas | País de Origem ⁽¹⁾ | % Participação Total ⁽²⁾ |
|---|-------------------------------|-------------------------------------|
| Avenue Holding Cayman | Ilhas Cayman | 32,91% |
| BANFUR International S.A. | Panamá | 30,00% |
| Biomas Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A | Brasil | 16,67% |
| BSF Holding S.A | Brasil | 49,00% |
| Caja de Valores del Paraguay S.A. | Paraguai | 9,09% |
| CIP S.A | Brasil | 22,89% |
| Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. | Brasil | 50,00% |
| Gestora de Inteligência de Crédito S.A | Brasil | 15,71% |
| Kinea Private Equity Investimentos S.A. | Brasil | 80,00% |
| Olímpia Promoção e Serviços S.A. | Brasil | 50,00% |
| Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. | Brasil | 42,93% |
| Pravaler S.A. | Brasil | 50,14% |
| PREX Holding LLC | Estados Unidos | 30,00% |
| Rede Agro Fidelidade e Intermediação | Brasil | 12,82% |
| Rias Redbanc S.A. | Uruguai | 25,00% |
| Riblinor S.A. | Uruguai | 40,00% |
| Tecnologia Bancária S.A. | Brasil | 28,75% |
| Totvs Techfin S.A. | Brasil | 50,00% |

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) Considera apenas participação direta.

Instituições relevantes

São apresentadas a seguir as empresas consideradas relevantes não consolidadas no Balanço Prudencial, com informações de ativo total, patrimônio líquido, país e segmento de atuação:

| Em R\$ milhões Instituições | País | Segmento | 31/12/2025 | | 30/09/2025 | |
|--|--------|---|-------------|--------------------|-------------|--------------------|
| | | | Ativo Total | Patrimônio Líquido | Ativo Total | Patrimônio Líquido |
| Cia. Itaú de Capitalização | Brasil | Capitalização | 6.347 | 818 | 6.005 | 943 |
| Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A. | Brasil | Holdings de instituições financeiras | 1.378 | 1.280 | 1.340 | 1.248 |
| Itaú Corretora de Seguros S.A. | Brasil | Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde | 2.533 | 875 | 2.250 | 843 |
| Itaú Seguros S.A. | Brasil | Seguros | 12.526 | 3.378 | 11.684 | 3.662 |
| Itaú Vida e Previdência S.A. | Brasil | Previdência Complementar | 354.729 | 4.524 | 342.254 | 4.397 |
| Itauseg Participações S.A. | Brasil | Holdings de instituições não financeiras | 13.073 | 12.947 | 12.005 | 11.942 |
| ITB Holding Brasil Participações Ltda. | Brasil | Holdings de instituições financeiras | 58.345 | 56.794 | 54.489 | 53.307 |
| Provar Negócios de Varejo Ltda. | Brasil | Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente | 2.239 | 2.193 | 2.175 | 2.149 |

Composição do Capital

CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)

Os instrumentos autorizados a compor Capital Complementar ou o Nível II podem ser extintos segundo critérios estabelecidos na Resolução nº 4.955, tais como o descumprimento dos índices mínimos regulatórios, decretação de regime de administração especial temporária ou intervenção, aporte de recurso público ou determinação do Banco Central do Brasil. Caso algum critério para extinção dos instrumentos subordinados seja acionado, a área

responsável pela gestão de Capital do Itaú Unibanco acionará as áreas envolvidas para o cumprimento do seguinte plano de ação:

- Tesouraria e produtos, através do agente de pagamento dos instrumentos subordinados ou diretamente através da depositária central, farão a notificação aos seus detentores para que cessem as negociações de tais instrumentos;
- As áreas operacionais e contábeis realizarão os procedimentos necessários no processo para o tratamento adequado da extinção; e
- A área de Relações com Investidores comunicará ao mercado a extinção dos instrumentos subordinados.

A tabela CCA - Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) está disponível em www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”.

CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR) ¹

| | 31/12/2025 | Referência no balanço do conglomerado |
|---|--------------------|---------------------------------------|
| | Valor (R\$ mil) | |
| Capital Principal: instrumentos e reservas | | |
| 1 Instrumentos elegíveis ao Capital Principal | 136.909.898 | (k) |
| 2 Reservas de lucros | 57.481.239 | (l) |
| 3 Outras receitas e outras reservas | 1.752.918 | (m) |
| 5 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal | 6.192.303 | (j) |
| 6 Capital Principal antes dos ajustes prudenciais | 202.336.358 | |
| Capital Principal: ajustes prudenciais | | |
| 7 Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA) | 211.633 | |
| 8 Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura | 1.149.720 | (e) |
| 9 Ativos intangíveis | 15.632.730 | (h) / (i) |
| 10 Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998 | 53.059 | (b) |
| 11 Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente | (277.567) | |
| 12 Déficit de provisões em relação às perdas esperadas | - | |
| 15 Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido | - | (d) |
| 16 Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética | 12.731 | (n) |
| 17 Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal | - | |
| 18 Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar | - | |
| 19 Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que excede 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas | - | |
| 21 Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que excede 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas | - | |
| 22 Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado | - | |
| do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar | - | |
| 25 do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização | - | |
| 26 Ajustes regulatórios nacionais | (41.038) | |
| 26.a Ativos permanentes diferidos | - | (g) |
| 26.b Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos | - | |
| 26.d Aumento de capital social não autorizado | - | |
| 26.e Excedente do valor ajustado de Capital Principal | - | |
| 26.f Depósito para suprir deficiência de capital | - | |
| 26.g Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - | (i) |
| 26.h Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente | - | |
| 26.i Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017 | - | |
| 26.j Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios | (41.038) | |
| 27 Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes | - | |
| 28 Total de deduções regulatórias ao Capital Principal | 16.741.268 | |
| 29 Capital Principal | 185.595.090 | |
| Capital Complementar: instrumentos | | |
| 30 Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar | 21.542.997 | |
| 31 dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis | - | |
| 32 dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis | 21.542.997 | |
| 33 Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - | |
| 34 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar | 1.023.065 | |
| 35 da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - | |
| 36 Capital Complementar antes das deduções regulatórias | 22.566.062 | |

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Capital Complementar: deduções regulatórias

| | | |
|------|--|--------------------|
| 37 | Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética | - |
| 38 | Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar | - |
| 39 | Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas | - |
| 40 | Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas | - |
| 41 | Ajustes regulatórios nacionais | - |
| 41.b | Participação de não controladores no Capital Complementar | - |
| 41.c | Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios | - |
| 42 | Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente | - |
| 43 | Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar | - |
| 44 | Capital Complementar | 22.566.062 |
| 45 | Nível I | 208.161.152 |

Nível II: instrumentos e provisões

| | | |
|----|--|-------------------|
| 46 | Instrumentos elegíveis ao Nível II | 19.033.726 |
| 47 | Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - |
| 48 | Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II | 1.361.714 |
| 49 | da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - |
| 50 | Superávit de provisões em relação à perdas esperadas | 32.568 |
| 51 | Nível II antes das deduções regulatórias | 20.428.008 |

Nível II: deduções regulatórias

| | | |
|------|---|----------------------|
| 52 | Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética | - |
| 53 | Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II | - |
| 54 | Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas | - |
| 55 | Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas | - |
| 56 | Ajustes regulatórios nacionais | - |
| 56.b | Participação de não controladores no Nível II | - |
| 56.c | Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios | - |
| 57 | Total de deduções regulatórias ao Nível II | - |
| 58 | Nível II | 20.428.008 |
| 59 | Patrimônio de Referência | 228.589.160 |
| 60 | Total de ativos ponderados pelo risco (RWA) | 1.505.475.690 |

Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal

| | | |
|----|--|--------------|
| 61 | Índice de Capital Principal (ICP) | 12,3% |
| 62 | Índice de Nível I (IN1) | 13,8% |
| 63 | Índice de Basileia (IB) | 15,2% |
| 64 | Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA) | 3,6% |
| 65 | do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação | 2,5% |
| 66 | do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico | 0,1% |
| 67 | do qual: Adicional de Importância Sistêmica do Capital Principal - ACPSistêmico | 1,0% |
| 68 | Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%) | 3,6% |

Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

| | | |
|----|---|----------------------|
| 72 | Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas | 2.761.816 |
| 73 | Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar | 17.387.089 (f) / (a) |
| 75 | Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal | 7.792.711 (c) |

Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

| | | |
|----|--|---|
| 82 | Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - |
| 83 | Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82 | - |
| 84 | Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - |
| 85 | Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84 | - |

1) O ajuste no patrimônio líquido, oriundo da adoção dos critérios de constituição de provisões para perdas esperadas previstos na Resolução CMN Nº 4.966, impactou o capital de maneira faseada conforme definido na Resolução CMN nº 5.199.

CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R\$ milhões, ao final do período

31/12/2025

| | Valores do balanço patrimonial no final do período | Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período | Referência no balanço do conglomerado ⁽²⁾ |
|--|--|---|--|
| Balanço Patrimonial Consolidado ⁽¹⁾ | | | |
| Ativo | | | |
| Circulante e Não Circulante | 3.061.050 | 2.677.995 | |
| Disponibilidades | 37.144 | 37.072 | |
| Aplicações Interfinanceiras de Líquidez | 340.388 | 332.989 | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 925.416 | 562.220 | |
| Derivativos | 73.311 | 73.402 | |
| Operações com Característica de Concessão de Crédito | 1.229.943 | 1.231.915 | |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências | 282.008 | 282.008 | |
| Ativos Fiscais Corrente e Diferidos | 92.994 | 88.623 | (b) / (c) |
| Outros Ativos | 79.846 | 69.766 | (b) / (d) |
| Permanente | 35.227 | 61.220 | |
| Investimentos | 9.047 | 35.661 | (a) / (e) / (f) |
| Imobilizado de Uso | 9.595 | 9.165 | |
| Ágio e Intangível | 16.585 | 16.394 | (e) / (h) / (i) |
| Total do Ativo | 3.096.277 | 2.739.215 | |
| Passivo | | | |
| Circulante e Não Circulante | 2.890.647 | 2.511.453 | |
| Depósitos | 1.114.482 | 1.125.298 | |
| Captações no Mercado Aberto | 456.158 | 456.420 | |
| Instrumentos de Dívida | 415.630 | 417.298 | |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 147.164 | 147.162 | |
| Derivativos | 69.899 | 69.800 | |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências | 109.961 | 109.670 | |
| Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar | 1.794 | 1.794 | |
| Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização | 360.617 | - | |
| Demais Provisões | 15.849 | 15.620 | |
| Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas | 23.941 | 18.428 | (b) / (c) |
| Outros Passivos | 175.152 | 149.963 | (b) / (d) |
| Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores | 196.146 | 196.132 | |
| Capital Social | 136.910 | 136.910 | (k) |
| Outras Receitas e Outras Reservas | 1.718 | 1.753 | (m) |
| Reservas de Lucros | 57.531 | 57.482 | (l) |
| (Ações em Tesouraria) | (13) | (13) | (n) |
| Participações de Acionistas Não Controladores | 9.484 | 31.630 | (j) |
| Total do Patrimônio Líquido | 205.630 | 227.762 | |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | 3.096.277 | 2.739.215 | |

1) Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

2) Informações do prudencial que são apresentadas na tabela CC1 deste relatório.

Indicadores Macroprudenciais

CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP_{Contracíclico}

A tabela a seguir detalha a distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP_{contracíclico}, de acordo com a Circular 3.769 de 29 de Outubro de 2015:

| Em R\$ milhões | | Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACPContracíclico | | | 31/12/2025 |
|--------------------------------|-------|--|------------------|---|--|
| Jurisdição | ACCPi | Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário | RWACPrNB | Adicional contracíclico aplicável à instituição | Valor do ACPContracíclico ⁽³⁾ |
| Brasil | - | 2.068.892 | 840.249 | | - |
| Chile | 0,50% | 200.695 | 128.563 | 0,07% | 970 |
| Uruguai | 0,75% | 44.350 | 28.354 | | - |
| Luxemburgo | 2,00% | 5.400 | 965 | | - |
| Espanha | 0,50% | 4.776 | 2.762 | | - |
| Reino Unido | 0,50% | 3.211 | 2.499 | | - |
| França | 1,00% | 1.28 | 691 | | 0 |
| Suécia | 2,00% | 773 | 504 | | - |
| Alemanha | 0,75% | 356 | 333 | | - |
| Holanda | 2,00% | 279 | 177 | | - |
| Noruega | 2,50% | 155 | 83 | | - |
| Dinamarca | 2,50% | 67 | 28 | | - |
| Bélgica | 1,00% | 25 | - | | - |
| Irlanda | 1,50% | 4 | - | | - |
| República Tcheca | 1,25% | 0 | 0 | | 0 |
| Hong Kong | 0,50% | - | - | | - |
| Subtotal ⁽¹⁾ | | 2.328.984 | 1.005.208 | | |
| Total ⁽²⁾ | | 2.511.860 | 1.098.254 | 0,07% | 970 |

1) Soma das parcelas RWACPrNBi relativas às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário do Brasil e das jurisdições com percentual do adicional contracíclico com valores maiores que zero.

2) Total do RWA para as exposições ao risco de crédito privado não bancário para todas as jurisdições em que o banco apresenta exposição, incluindo jurisdições sem percentual de contracíclico aplicado ou com percentual de contracíclico igual a zero.

3) Apuração conforme Circular 3.769 utilizando a faculdade de exclusão de jurisdição.

GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistematicamente importante em âmbito global (G-SIBs)

A tabela GSIB1, Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistematicamente importante em âmbito global (G-SIBs), fica disponível em www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”, conforme prazo definido na Resolução BCB 54/20.

Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.748.

LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 | 30/09/2025 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas | 3.096.277 | 2.996.463 |
| Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil | (357.062) | (344.179) |
| Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas. | 2.739.215 | 2.652.284 |
| Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos | 60.312 | 67.765 |
| Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos | 10.627 | 16.953 |
| Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial | 248.219 | 232.402 |
| Outros ajustes | (74.896) | (47.792) |
| Exposição Total | 2.983.477 | 2.921.612 |

LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 | 30/09/2025 |
|---|-------------------|-------------------|
| Itens contabilizados no balanço patrimonial | | |
| Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas | 2.403.586 | 2.315.717 |
| Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I | (24.507) | (23.315) |
| Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial | 2.379.079 | 2.292.402 |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos | | |
| Valor de reposição em operações com derivativos | 26.241 | 40.272 |
| Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos | 32.028 | 37.368 |
| Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada | - | - |
| Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações | (57.507) | (37.641) |
| Valor de referência dos derivativos de crédito | 87.131 | 83.702 |
| Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito | (32.849) | (34.607) |
| Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos | 55.044 | 89.094 |
| Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM) | | |
| Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM | 267.560 | 263.199 |
| Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo | - | - |
| Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR) | 10.627 | 16.954 |
| Valor relativo ao CCR em operações de intermediação | 22.948 | 27.561 |
| Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM | 301.135 | 307.714 |
| Itens não contabilizados no balanço patrimonial | | |
| Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial | 719.309 | 680.821 |
| Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial | (471.090) | (448.419) |
| Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial | 248.219 | 232.402 |
| Capital e Exposição Total | | |
| Nível I | 208.161 | 215.466 |
| Exposição Total | 2.983.477 | 2.921.612 |
| Razão de Alavancagem (RA) | | |
| Razão de Alavancagem (%) | 7,0% | 7,4% |

Indicadores de Líquidez

LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Seguindo a estratégia de captação de recursos, o Itaú Unibanco possui disponibilidade de fontes de *funding* diversificadas e estáveis monitoradas através de indicadores de concentração e de prazos, visando mitigar os riscos de liquidez, em linha com o apetite de risco da instituição.

A governança do gerenciamento de risco de liquidez está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos estabelecem os apetites de risco da instituição, definem as alçadas relacionadas ao controle de liquidez e acompanham os indicadores de liquidez.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar indicadores de liquidez de curto prazo (LCR) e de longo prazo (NSFR). Adicionalmente, propõe limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco opera, e informa eventuais desenquadramentos às alçadas competentes. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Além disso, em observância às exigências da Resolução 4.557, da Circular BACEN 3.749 e da Circular 3.869, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL - LCR) e o Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo (DLP - NSFR). Por fim, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Estresse de indicadores de liquidez baseados em cenários macroeconômicos, simulação de estresse reverso com base no apetite de risco, e projeção dos principais indicadores de liquidez para suporte às decisões;
- Planos de contingência e de recuperação para situações de crise, com ações que preveem uma graduação por nível de criticidade determinada pela facilidade de implantação, levando-se em consideração as características do mercado local de atuação, buscando uma rápida recomposição dos indicadores de liquidez;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Indicadores de concentração de provedores de *funding* e prazo.

O documento “Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

| | 31/12/2025 (1) | 30/09/2025 (1) | | |
|---|---|---|---|---|
| | Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾ | Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾ | Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾ | Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾ |
| Ativos de Alta Líquidez (HQLA) | | | | |
| Total de Ativos de Alta Líquidez (HQLA) | 389.722.978 | | 367.777.276 | |
| Saídas de caixa⁽⁴⁾ | | | | |
| Captações de varejo, das quais: | 691.564.370 | 72.275.461 | 654.107.092 | 67.696.023 |
| Captações estáveis | 299.595.980 | 14.979.799 | 291.799.825 | 14.589.991 |
| Captações menos estáveis | 391.968.390 | 57.295.662 | 362.307.266 | 53.106.032 |
| Captações de atacado não colateralizadas, das quais: | 341.685.716 | 149.748.865 | 336.531.728 | 145.445.334 |
| Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas | 28.328.470 | 7.966.379 | 22.637.742 | 6.084.235 |
| Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes) | 310.363.543 | 138.788.784 | 310.013.407 | 135.480.520 |
| Obrigações não colateralizadas | 2.993.702 | 2.993.702 | 3.880.579 | 3.880.579 |
| Captações de atacado colateralizadas | | 49.067.424 | | 45.954.133 |
| Requerimentos adicionais, dos quais: | 113.531.193 | 30.952.335 | 120.749.088 | 28.509.122 |
| Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral | 40.123.217 | 24.036.422 | 37.067.516 | 20.038.435 |
| Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida | 2.300.056 | 2.300.056 | 2.596.434 | 2.596.434 |
| Relacionados a linhas de crédito e de liquidez | 71.107.919 | 4.615.856 | 81.085.137 | 5.874.253 |
| Outras obrigações contratuais | 116.425.597 | 116.425.597 | 112.120.745 | 112.120.745 |
| Outras obrigações contingentes | 299.259.635 | 21.993.805 | 273.263.116 | 19.933.326 |
| Total de saídas de caixa | | 440.453.486 | | 419.658.682 |
| Entradas de caixa⁽⁴⁾ | | | | |
| Empréstimos colateralizados | 171.671.279 | 1.355.833 | 146.164.463 | 950.802 |
| Operações em aberto, integralmente adimplentes | 61.672.363 | 36.896.668 | 63.539.951 | 38.981.930 |
| Outras entradas de caixa | 234.330.004 | 220.911.053 | 228.355.062 | 211.549.519 |
| Total de entradas de caixa | 467.673.646 | 259.163.555 | 438.059.476 | 251.482.252 |
| | | Valor Total Ajustado⁽⁵⁾ | | Valor Total Ajustado⁽⁵⁾ |
| Total HQLA | 389.722.978 | | 367.777.276 | |
| Total de saídas líquidas de caixa | 181.289.931 | | 168.176.431 | |
| LCR (%) | 215,0% | | 218,7% | |

1) Corresponde à média diária de 64 observações no 4T25 e 66 observações no 3T25.

2) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

3) Corresponde ao valor da aplicação dos fatores de ponderação.

4) Corresponde as saídas e entradas potenciais de caixa.

5) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

O Itaú Unibanco possui Ativos de Alta Líquidez (HQLA) que totalizaram R\$ 389,7 bilhões na média do trimestre, compostos principalmente por Títulos Soberanos, Reservas em Banco Centrais e Dinheiro em espécie. Já as Saídas Líquidas de Caixa totalizaram R\$ 181,3 bilhões na média do trimestre, compostas principalmente por Captações de Varejo, Atacado, Requerimentos Adicionais, Obrigações Contratuais e Contingentes, compensadas por Entradas de Caixa por Empréstimos e Outras Entradas de caixa previstas.

A tabela demonstra que o LCR na média do trimestre é de 215,0% acima do limite de 100% e portanto a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

| 31/12/2025 | Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R\$ mil) | | | | |
|---|---|--|--|--|--|
| | Sem Vencimento ⁽¹⁾ | Menor do que seis meses ⁽¹⁾ | Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano ⁽¹⁾ | Maior ou igual a um ano ⁽¹⁾ | Valor após a ponderação (R\$ mil) ⁽²⁾ |
| Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) ⁽³⁾ | | | | | |
| Capital | - | - | - | - | 246.319.350 246.319.350 |
| Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias | - | - | - | - | 205.742.627 205.742.627 |
| Outros instrumentos não incluídos na linha 2 | - | - | - | - | 40.576.723 40.576.723 |
| Captações de varejo, das quais: | 189.902.572 | 600.943.070 | 4.807.660 | 1.474.482 | 733.683.519 |
| Captações estáveis | 101.123.107 | 221.036.353 | 261.843 | 21.308 | 306.321.545 |
| Captações menos estáveis | 88.779.465 | 379.906.717 | 4.545.817 | 1.453.175 | 427.361.974 |
| Captações de atacado, das quais: | 71.102.512 | 868.962.843 | 100.841.970 | 157.551.181 | 429.592.822 |
| Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas | 18.688.552 | - | - | - | 9.344.276 |
| Outras captações de atacado | 52.413.960 | 868.962.843 | 100.841.970 | 157.551.181 | 420.248.546 |
| Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes. | - | 171.196.045 | 13.407.380 | 1.285.529 | - |
| Outros passivos, dos quais: | 74.114.055 | 113.927.347 | 10.468.749 | 84.850.425 | 90.084.799 |
| Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero | - | 18.958.815 | - | - | - |
| Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores | 74.114.055 | 94.968.532 | 10.468.749 | 84.850.425 | 90.084.799 |
| Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) | | | | | 1.499.680.491 |
| Recursos Estáveis Requeridos (RSF) ⁽³⁾ | | | | | |
| Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) | | | | | 46.950.198 |
| Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras | - | - | - | - | - |
| Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais: | 1.908.923 | 592.172.277 | 157.140.150 | 755.400.925 | 878.761.599 |
| Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1 | - | 27.831.829 | - | 508.016 | 3.291.199 |
| Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral | 1.681.810 | 26.678.304 | 11.013.121 | 16.915.714 | 26.832.957 |
| Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais: | 227.113 | 477.498.457 | 101.174.396 | 332.898.007 | 491.494.463 |
| Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013 | - | - | - | 8.770.741 | 5.700.982 |
| Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais: | - | 15.021.639 | 13.379.623 | 174.370.526 | 120.684.973 |
| Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22 | - | - | - | 120.492.284 | 98.949.898 |
| Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores | - | 45.142.047 | 31.573.011 | 230.708.661 | 236.458.007 |
| Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes | - | 169.282.325 | 15.913.341 | 1.633.657 | - |
| Outros ativos, dos quais: | 81.972.665 | 151.632.581 | 8.956.505 | 132.108.357 | 261.028.657 |
| Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física | - | - | - | - | - |
| Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central | - | - | - | 19.727.477 | 16.768.355 |
| Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero | - | 17.958.433 | - | 9.748.994 | 4.260.921 |
| Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação | - | - | - | 959.279 | 959.279 |
| Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores | 81.972.665 | 133.674.148 | 8.956.505 | 101.672.608 | 239.040.102 |
| Operações não contabilizadas no balanço patrimonial | 778.961.391 | 8.773.622 | - | - | 15.319.091 |
| Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF) | | | | | 1.202.059.545 |
| NSFR (%) | | | | | 124,8% |

1) Corresponde ao saldo total referente ao item de recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

3) Corresponde aos recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

| Em R\$ mil | Valor Total Ponderado ⁽¹⁾ | |
|--|--------------------------------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 30/09/2025 |
| Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) | 1.499.680.491 | 1.408.603.125 |
| Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF) | 1.202.059.545 | 1.142.829.435 |
| NSFR (%) | 124,8% | 123,3% |

1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.869.

O Itaú Unibanco possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) que totalizaram R\$ 1.499,7 bilhões no 4º trimestre, compostos principalmente por Capital, Captações do Varejo e do Atacado. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) totalizaram R\$ 1.202,1 bilhões no 4º trimestre, compostos principalmente pelos Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais.

A tabela demonstra que o NSFR no fechamento do trimestre é de 124,8%, acima do limite de 100%, e, portanto, a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo, de acordo com a métrica.

Risco de Crédito

CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação, com monitoramento periódico de ativos problemáticos, os quais são definidos como:

- Operações em atraso maior que 90 dias;
- Operações Reestruturadas;
- Contrapartes que apresentem incapacidade de pagamento, seja por medidas judiciais, recuperação judicial, falência, prejuízo, entre outros;
- Deterioração significativa da qualidade creditícia, podendo ser identificada por piora nas métricas de rating interno, fianças honradas, entre outros.

Adicionalmente, caso seja identificado que um CNPJ possa contaminar os demais da contraparte, os mesmos poderão ser marcados como Ativos Problemáticos.

O monitoramento contém informações de exposições significativas, incluindo histórico e perspectivas de recuperação, além de informações de reestruturação. Essas análises são geradas mensalmente para os executivos e trimestralmente ao Conselho de Administração através do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC).

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. Tal estrutura é submetida a processos de auditorias interna e externa. É feito um monitoramento contínuo da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de

mercado, as perspectivas macroeconômicas, e as mudanças em mercados e produtos, e (iii) gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação).

Para público de atacado e agro, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do Itaú Unibanco, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que outras vertentes do risco de crédito, como o risco país, sejam geridos e controlados, descrito no item “Outros Riscos”.

Atendendo a Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público – Política de Gestão e Controle de Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

CR1: Qualidade creditícia das exposições

| Em R\$ milhões | Valor bruto: | | | | | 31/12/2025 |
|--|---|---|---|---|--|-----------------------|
| | Exposições caracterizadas como ativos problemáticos (a) | Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos (b) | Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (c) | Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA _{CPAD} | Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA _{CRB} | Valor líquido (a+b-c) |
| Concessão de crédito | 54.350 | 1.155.891 | 108.018 | 107.514 | 504 | 1.102.222 |
| Títulos de dívida | 4.751 | 722.781 | 3.055 | - | - | 724.476 |
| dos quais: títulos soberanos nacionais | - | 388.895 | 124 | - | - | 388.770 |
| dos quais: outros títulos | 4.751 | 333.886 | 2.931 | - | - | 335.706 |
| Operações não contabilizadas no balanço patrimonial | - | 716.866 | 1.794 | 1.793 | 1 | 715.073 |
| Total | 59.101 | 2.595.538 | 112.867 | 109.307 | 505 | 2.541.771 |

CR2: Mudanças no estoque de Ativos Problemáticos

| Em R\$ milhões | Total |
|---|---------------|
| Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior (30/09/2025) | 62.140 |
| Valor das operações que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente | 16.448 |
| Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente. | (1.545) |
| Valor da baixa contábil por prejuízo | (10.209) |
| Outros ajustes | (7.733) |
| Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (31/12/2025) | 59.101 |

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica no Brasil, por país e por setor econômico do total das exposições e do total das operações em curso anormal. Além disso, são informados o total das exposições por prazo remanescente de vencimento e segmentadas por faixa de atraso, a segregação do total das exposições reestruturadas e o percentual das dez e das cem maiores exposições.

Exposições por setor econômico

| Em R\$ milhões | Total das Exposições | | Total das operações caracterizadas como ativos problemáticos | | |
|------------------------------------|------------------------------------|----------------------------------|--|----------------------|-----------------------|
| | Carteira | | Em R\$ milhões | Carteira | |
| | Total da Exposição (Valor Líquido) | Total da Exposição (Valor Bruto) | | Ativos Problemáticos | Provisão Regulamentar |
| Pessoa Jurídica | 1.560.678 | 1.589.558 | Pessoa Jurídica | 20.930 | 9.803 |
| Setor Público | 487.555 | 487.763 | Setor Público | - | 15 |
| ENERGIA | 2.287 | 2.287 | ENERGIA | - | - |
| PETROQUÍMICA E QUÍMICA | 7.980 | 7.981 | PETROQUÍMICA E QUÍMICA | - | - |
| DIVERSOS | 477.288 | 477.495 | DIVERSOS | - | 15 |
| Setor Privado | 1.073.123 | 1.101.795 | Setor Privado | 20.930 | 9.803 |
| AÇÚCAR E ALCOOL | 3.980 | 4.067 | AÇÚCAR E ALCOOL | 30 | 23 |
| AGRO E FERTILIZANTES | 40.124 | 40.873 | AGRO E FERTILIZANTES | 626 | 266 |
| ALIMENTOS E BEBIDAS | 54.366 | 55.790 | ALIMENTOS E BEBIDAS | 974 | 522 |
| BANCOS E OUTRAS INST. FINANC. | 111.193 | 111.420 | BANCOS E OUTRAS INST. FINANC. | 85 | 26 |
| BENS DE CAPITAL | 20.151 | 20.935 | BENS DE CAPITAL | 1.046 | 406 |
| CELULOSE E PAPEL | 19.726 | 19.906 | CELULOSE E PAPEL | 71 | 28 |
| ELETROELETRÔNICOS & TI | 24.230 | 25.067 | ELETROELETRÔNICOS & TI | 707 | 400 |
| EMBALAGENS | 7.068 | 7.259 | EMBALAGENS | 117 | 72 |
| ENERGIA & SANEAMENTO | 78.813 | 80.123 | ENERGIA & SANEAMENTO | 946 | 495 |
| ENSINO | 9.131 | 9.505 | ENSINO | 171 | 96 |
| FARMACÉUTICOS & COSMÉTICOS | 25.581 | 26.411 | FARMACÉUTICOS & COSMÉTICOS | 481 | 254 |
| IMOBILIÁRIO | 76.930 | 78.882 | IMOBILIÁRIO | 2.532 | 893 |
| LAZER & TURISMO | 21.982 | 23.155 | LAZER & TURISMO | 617 | 362 |
| MADEIRA & MÓVEIS | 11.831 | 12.366 | MADEIRA & MÓVEIS | 348 | 188 |
| MAT CONSTRUÇÃO | 13.607 | 14.316 | MAT CONSTRUÇÃO | 316 | 197 |
| METALURGIA/SIDERURGIA | 25.820 | 26.635 | METALURGIA/SIDERURGIA | 530 | 270 |
| MÍDIA | 1.753 | 1.786 | MÍDIA | 17 | 10 |
| MINERAÇÃO | 13.534 | 13.660 | MINERAÇÃO | 105 | 21 |
| OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA | 20.424 | 21.334 | OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA | 194 | 79 |
| PETRÓLEO & GÁS | 20.924 | 21.514 | PETRÓLEO & GÁS | 278 | 160 |
| PETROQUÍMICA & QUÍMICA | 27.907 | 28.772 | PETROQUÍMICA & QUÍMICA | 416 | 183 |
| SAÚDE | 13.855 | 14.413 | SAÚDE | 236 | 115 |
| SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA | 1.300 | 1.306 | SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA | - | - |
| TELECOMUNICAÇÕES | 20.712 | 21.765 | TELECOMUNICAÇÕES | 123 | 73 |
| VESTUÁRIO & CALÇADOS | 11.815 | 12.230 | VESTUÁRIO & CALÇADOS | 224 | 129 |
| TRADINGS | 6.502 | 6.631 | TRADINGS | 83 | 43 |
| TRANSPORTES | 52.112 | 54.860 | TRANSPORTES | 1.118 | 539 |
| UTILIDADES DOMÉSTICAS | 5.838 | 5.954 | UTILIDADES DOMÉSTICAS | 86 | 37 |
| VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS | 47.097 | 48.350 | VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS | 557 | 292 |
| TERCEIRO SETOR | 1.401 | 1.411 | TERCEIRO SETOR | 6 | 4 |
| EDITORIAL E GRÁFICO | 6.913 | 7.194 | EDITORIAL E GRÁFICO | 150 | 87 |
| COMÉRCIO - DIVERSOS | 59.513 | 62.153 | COMÉRCIO - DIVERSOS | 2.596 | 1.280 |
| INDÚSTRIA - DIVERSOS | 10.486 | 10.615 | INDÚSTRIA - DIVERSOS | 107 | 49 |
| SERVIÇOS - DIVERSOS | 146.907 | 150.136 | SERVIÇOS - DIVERSOS | 3.386 | 1.439 |
| DIVERSOS | 59.597 | 61.001 | DIVERSOS | 1.651 | 765 |
| Pessoa Física | 981.093 | 1.065.081 | Pessoa Física | 38.171 | 18.976 |
| Total Geral | 2.541.771 | 2.654.639 | Total Geral | 59.101 | 28.779 |
| | | | | | 10.209 |

Exposições por prazo remanescente de vencimento

| Em R\$ milhões | | | | | 31/12/2025 | Em R\$ milhões | | | | | 31/12/2025 |
|---|--------------|------------|-----------------|-----------|------------|---|--------------|------------|-----------------|-----------|------------|
| Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Líquido) ⁽¹⁾ | | | | | | Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Bruto) ⁽¹⁾ | | | | | |
| até 6 meses | 6 a 12 meses | 1 a 5 anos | acima de 5 anos | Total | | até 6 meses | 6 a 12 meses | 1 a 5 anos | acima de 5 anos | Total | |
| 514.949 | 185.518 | 797.636 | 461.779 | 1.959.882 | | 542.084 | 189.081 | 854.033 | 487.051 | 2.072.249 | |

1) Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 | | | | |
|----------------------|---|--|--|--|---------------|
| | Carteira Bruta | | | | |
| | Total da Exposição em atraso ⁽¹⁾ | | | | |
| menor que 30 dias | | | | | 9.144 |
| entre 31 e 90 dias | | | | | 15.103 |
| entre 91 e 180 dias | | | | | 13.161 |
| entre 181 e 365 dias | | | | | 16.905 |
| maior que 365 dias | | | | | 666 |
| Total | | | | | 54.979 |

1) Conforme Resolução 54, a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1.

Exposições por região geográfica no Brasil e por país

| Em R\$ milhões | Total das Exposições | | Total das operações caracterizadas como Ativos Problemáticos | | | |
|------------------------------------|----------------------|------------------------------------|--|----------------------|-----------------------|-------------------------------|
| | 31/12/2025 | | 31/12/2025 | | | |
| | Carteira | Total da Exposição (Valor Líquido) | Total da Exposição (Valor Bruto) | Ativos Problemáticos | Provisão Regulamentar | Baixas Contábeis por Prejuízo |
| Sudeste | 1.181.676 | 1.240.142 | Sudeste | 30.145 | 15.320 | 5.350 |
| Sul | 208.404 | 221.676 | Sul | 6.673 | 3.236 | 1.169 |
| Norte | 33.208 | 37.358 | Norte | 1.576 | 816 | 359 |
| Nordeste | 152.907 | 166.495 | Nordeste | 6.524 | 3.534 | 1.591 |
| Centro-Oeste | 95.714 | 103.716 | Centro-Oeste | 3.619 | 1.864 | 735 |
| Território nacional ⁽¹⁾ | 388.770 | 388.894 | Território nacional ⁽¹⁾ | - | - | - |
| Brasil | 2.060.679 | 2.158.281 | Brasil | 48.537 | 24.770 | 9.204 |
| Argentina | 198 | 203 | Argentina | - | - | - |
| Chile | 211.912 | 216.510 | Chile | 7.495 | 2.561 | 660 |
| Colômbia | 42.033 | 50.658 | Colômbia | 1.782 | 731 | 268 |
| Estados Unidos | 52.716 | 52.671 | Estados Unidos | - | - | - |
| Paraguai | 34.922 | 35.595 | Paraguai | 374 | 292 | 29 |
| Reino Unido | 24.473 | 25.028 | Reino Unido | 511 | 155 | - |
| Suiça | 3.088 | 3.089 | Suiça | - | - | - |
| Uruguai | 59.131 | 59.819 | Uruguai | 394 | 266 | 48 |
| Outros | 52.619 | 52.785 | Outros | 8 | 4 | - |
| Exterior | 481.092 | 496.358 | Exterior | 10.564 | 4.009 | 1.005 |
| Total Geral | 2.541.771 | 2.654.639 | Total Geral | 59.101 | 28.779 | 10.209 |

1) Considera somente os títulos públicos brasileiros.

Maiores exposições

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 |
|--|-------------------------|
| Operações de Crédito, Títulos de dívida e Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial (CR1) ⁽¹⁾ | Exposição % da Carteira |
| 10 Maiores Devedores | 462.700 17,0% |
| 100 Maiores Devedores | 642.682 23,6% |

1) Conforme Resolução 54 a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1, na qual o valor da exposição considera os títulos de dívida de soberanos.

Exposições reestruturadas

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 | |
|---|----------------------|--------|
| | Ativos Problemáticos | Demais |
| Exposições reestruturadas ⁽¹⁾ | 13.235 | 5.073 |
| 1) Exposições reestruturadas em vigor decorrente da nova resolução 4.966 na presente competência. | | |

CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser financeiras, derivativo de crédito, fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Para que essas garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

As informações relativas à eventual concentração associada à mitigação do risco de crédito consideram esses diferentes instrumentos mitigadores, segregando por tipo e por provedor. Por motivos de confidencialidade, a instituição determina a não divulgação de informações além da classificação do tipo do garantidor, porém assegurando-se a aderência aos requerimentos gerais.

- **Garantias Fidejussórias e derivativos de crédito:** um terceiro assume a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação contraída pelo devedor, que recai no patrimônio geral desse terceiro. Avais, fianças e CDS são exemplos dessas garantias.

As garantias fidejussórias são segregadas nos seguintes provedores: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições Financeiras, Soberanos, Tesouro Nacional ou Banco Central.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros. Também são segregados em: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições financeiras e Soberanos.

- **Garantias Reais e Financeiras:** o próprio tomador ou um terceiro destaca um ou mais ativos financeiros e/ou um ou mais bens e/ou um ou mais recebíveis, de forma que, garanta o resarcimento do credor em caso de inadimplência. Essas garantias são segregadas por tipo: colaterais financeiros, contratos bilaterais e bens.

- **Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações e estruturas jurídicas com poder de mitigação:** o acordo de compensação tem por objetivo reduzir o risco de exposição de crédito de uma parte perante a outra, resultante de operações celebradas entre elas, de forma que, em caso de vencimento, após a compensação, seja identificado o valor líquido devido pela parte devedora à parte credora. É comum ser utilizado em operações de derivativos, mas também pode abranger outros tipos de operações financeiras.

Nas estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito.

Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado.

Para controle dos instrumentos mitigadores, existe monitoramento periódico que acompanha o nível de cumprimento do uso de cada instrumento quando comparado às políticas internas de mensuração, incluindo até planos de ação de correção quando existe desenquadramento, sendo analisados concentração, tipos, provedores e formalização. Os parâmetros utilizados são: HE (Haircut de execução) que avalia a probabilidade de sucesso na execução da garantia; HV (Haircut de Volatilidade) representa a liquidez da garantia que está sendo ofertada, e LMM (Limite de Mitigação Máxima) que é o teto de mitigação para garantias reais.

CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito⁽¹⁾

| Em R\$ milhões | | | | | 31/12/2025 |
|---|--------------------------|----------------------|---|--|---|
| | Exposições não mitigadas | Exposições mitigadas | Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros | Das quais: Parcela coberta por garantias | Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito |
| Concessão de crédito | 948.710 | 110.679 | 7.973 | 102.706 | - |
| Títulos de dívida | 475.901 | 549 | 422 | 128 | - |
| Operações não contabilizadas no balanço patrimonial | 172.381 | 3.899 | 1.626 | 2.273 | - |
| Demais operações | 469.856 | 1.197 | 1.198 | - | - |
| Total | 2.066.848 | 116.324 | 11.219 | 105.107 | - |
| dos quais: ativos problemáticos | 16.154 | 44 | 44 | - | - |

1) Os instrumentos mitigadores contemplados nesta tabela são aqueles previstos na Circular BACEN 3.809.

Aumento nas exposições de concessão de crédito.

CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 | | | | | |
|---|---|---|---|---|------------------------|----------------------------|
| | Exposições pré FCC e mitigação | | Exposições pós FCC e mitigação | | RWA e densidade de RWA | |
| Categorias | Operações contabilizadas no balanço (a) | Operações não contabilizadas no balanço (b) | Operações contabilizadas no balanço (c) | Operações não contabilizadas no balanço (d) | RWA (e) | Densidade de RWA [e/(c+d)] |
| Governos centrais e respectivos bancos centrais | 602.136 | 651 | 602.136 | 651 | 24.938 | 4% |
| Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior | 7.811 | 320 | 7.811 | 135 | 5.345 | 67% |
| Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD) | - | - | - | - | - | - |
| Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil | 179.517 | 12.294 | 179.517 | 7.560 | 73.303 | 39% |
| Títulos com características específicas (covered bonds) | - | - | - | - | - | - |
| Pessoas jurídicas não financeiras | 488.165 | 188.461 | 488.165 | 112.440 | 474.324 | 79% |
| Dos quais: Financiamentos especializados | - | 109 | - | 109 | 87 | 80% |
| Dos quais: outros | 488.165 | 188.352 | 488.165 | 112.331 | 474.237 | 79% |
| Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada | 34.206 | - | 34.206 | - | 60.305 | 176% |
| Exposições de varejo | 355.767 | 484.249 | 355.767 | 49.723 | 268.027 | 66% |
| Exposições garantidas por imóveis | 240.103 | 6.210 | 240.103 | 4.649 | 110.050 | 45% |
| Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis. | 181.814 | 1.126 | 181.814 | 289 | 52.299 | 29% |
| Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis. | 35.478 | 1.563 | 35.478 | 953 | 37.726 | 104% |
| Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis. | 10.524 | 559 | 10.524 | 445 | 9.549 | 87% |
| Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis. | 3.718 | 3 | 3.718 | 3 | 3.489 | 94% |
| Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários | 8.569 | 2.959 | 8.569 | 2.959 | 6.987 | 61% |
| Ativos Problemáticos | 15.077 | 2.653 | 15.077 | 1.121 | 19.382 | 120% |
| Outros ativos | 84.111 | - | 84.111 | - | 84.086 | 100% |
| Total | 2.006.893 | 694.838 | 2.006.893 | 176.279 | 1.119.760 | 51% |

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

| Categoria | Fator de ponderação de risco (FPR) | | | | | | | Outros | 31/12/2025 |
|--|------------------------------------|--------|--------|-------|--------|--|--------|--|--|
| | 0% | 20% | 50% | 100% | 150% | 200% | | | |
| Governos centrais e respectivos bancos centrais | 549.402 | 21.202 | 26.171 | 4.389 | 44 | 1.579 | - | 602.787 | |
| <hr/> | | | | | | | | | |
| Categoria | 20% | 50% | 100% | 150% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) | | | |
| Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior | 365 | - | 1.591 | 720 | 5.270 | 7.946 | | | |
| <hr/> | | | | | | | | | |
| Categoria | 0% | 20% | 30% | 50% | 100% | 150% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) | |
| Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| <hr/> | | | | | | | | | |
| Categoria | 20% | 30% | 40% | 50% | 75% | 100% | 150% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) |
| Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil | 69.013 | 11.811 | 90.226 | 1.851 | - | 528 | 12.341 | 1.307 | 187.077 |
| <hr/> | | | | | | | | | |
| Categoria | 10% | 15% | 20% | 25% | 35% | 50% | 100% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) |
| Títulos com características específicas (covered bonds) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

| Fator de ponderação de risco (FPR) | | | | | | | | | | | | | 31/12/2025 | | | | | | | | |
|--|--------|---------|---------|--------|--|--|---------|--------|-------|--------|--|-------|------------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--|--------|
| Em R\$ milhões | 20% | 50% | 65% | 75% | 80% | 85% | 100% | 130% | 150% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) | | | | | | | | | | |
| Categoría | 20% | 50% | 65% | 75% | 80% | 85% | 100% | 130% | 150% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) | | | | | | | | | | |
| Pessoas jurídicas não financeiras | - | 51.691 | 233.109 | - | 109 | 71.777 | 236.486 | - | - | 7.433 | 600.605 | | | | | | | | | | |
| das quais: financiamentos especializados | - | - | - | - | 109 | - | - | - | - | - | 109 | | | | | | | | | | |
| das quais: outros | - | 51.691 | 233.109 | - | - | 71.777 | 236.486 | - | - | 7.433 | 600.496 | | | | | | | | | | |
| Categoría | 100% | 150% | 250% | 400% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) | | | | | | | | | | | | | | | |
| Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada | - | 3.769 | - | - | 30.437 | 34.206 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Categoría | 45% | 75% | 100% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Exposições de varejo | 77.788 | 279.567 | 254 | 47.881 | 405.490 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Em R\$ milhões | 0% | 20% | 25% | 30% | 35% | 40% | 45% | 50% | 60% | 65% | 70% | 75% | 85% | 90% | 100% | 105% | 110% | 150% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) | |
| Categorias | 0% | 20% | 25% | 30% | 35% | 40% | 45% | 50% | 60% | 65% | 70% | 75% | 85% | 90% | 100% | 105% | 110% | 150% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) | |
| Exposições garantidas por imóveis | 38 | 49.578 | 29.964 | 84.080 | 3.500 | 17.832 | 4.242 | 11.073 | 1.006 | 1.113 | 5.732 | 2.428 | 2.551 | 860 | 7.370 | 395 | 1.798 | 21.176 | 16 | 244.752 | |
| Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis. | 24 | 49.578 | 29.964 | 77.886 | - | 17.832 | - | 2.048 | - | - | 4.680 | 1 | - | - | 86.0 | - | - | - | 4 | 182.103 | |
| Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo. | 24 | 49.578 | 29.964 | 77.886 | - | 17.832 | - | 2.048 | - | - | 4.680 | 1 | - | - | 86.0 | - | - | - | 4 | 182.103 | |
| Das quais: outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis. | - | - | - | - | 6.194 | 3.500 | 4.242 | - | 647 | - | 362 | - | - | - | 309 | - | 21.176 | 1 | 36.431 | | |
| Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis. | 14 | - | - | - | - | - | - | - | - | 359 | 1.113 | - | 2.065 | 2.361 | - | 5.057 | - | - | - | 10.969 | |
| Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo. | 14 | - | - | - | - | - | - | - | - | 359 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 373 | |
| Das quais: outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.113 | - | 2.065 | 2.361 | - | 5.057 | - | - | - | - | 10.596 |
| Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.052 | - | - | 860 | - | - | 1.798 | - | 11 | 3.721 | |
| Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 9.025 | - | 190 | 2.313 | - | - | - | - | - | 11.528 | |

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

| Em R\$ milhões | Fator de ponderação de risco (FPR) | | | | | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) |
|----------------------|------------------------------------|-------|--------|--------|--------|--|
| | 50% | 100% | 150% | Outros | | |
| Categorias | | | | | | |
| Ativos Problemáticos | 69 | 9.562 | 6.523 | 44 | | 16.198 |
| <hr/> | | | | | | |
| Categorias | 0% | 20% | 100% | 1250% | Outros | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) |
| Outros Ativos | 26 | - | 84.085 | - | - | 84.111 |

Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

| Em R\$ milhões | | | | 31/12/2025 |
|--|---|--|---------------------------------|---|
| Fator de ponderação de risco (FPR) ⁽²⁾ | Exposições contabilizadas no balanço patrimonial | Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC) | FCC médio ⁽¹⁾ | Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação) |
| Menor que 40% | 828.364 | 4.759 | 57% | 831.094 |
| 40 - 70% | 480.743 | 317.660 | 29% | 571.324 |
| 75% | 254.934 | 260.083 | 10% | 281.995 |
| 80 - 85% | 66.133 | 40.170 | 21% | 74.436 |
| 90 - 100% | 300.091 | 67.242 | 67% | 345.124 |
| 105 - 130% | 2.591 | 79 | 22% | 2.608 |
| 150% | 42.021 | 4.845 | 53% | 44.575 |
| 160% | 20.517 | - | - | 20.517 |
| 200% | 1.579 | - | - | 1.579 |
| 220 - 250% | 9.920 | - | - | 9.920 |
| 400% | - | - | - | - |
| 1250% | - | - | - | - |
| Exposição Total | 2.006.893 | 694.838 | 25% | 2.183.172 |

1) Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

2) Os FPRs aplicados às exposições relativas a participações societárias seguem cronograma definido no Artigo 85 da Resolução BCB nº 229/2022.

Os aumentos dos campos de exposição total das tabelas CR4 e CR5 ocorreram, principalmente, na linha de Governos centrais e respectivos bancos centrais, Pessoas jurídicas não financeiras, Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil, Exposições de varejo e Exposições garantidas por imóveis.

CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB

Para o cálculo de capital regulatório de risco de crédito podem ser utilizadas duas abordagens, a padronizada e a IRB (*Internal Ratings Based*). O Itaú-Unibanco foi aprovado para utilizar a abordagem IRB pelo Banco Central para a unidade de negócio de crédito rural (Agro). A abordagem IRB permite a utilização de modelos internos para o cálculo do capital regulatório de risco de crédito, para tanto são utilizadas as estimativas internas de *Probability of Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e *Exposure at Default* (EAD).

A PD de um cliente está associada diretamente a sua classificação interna de risco de crédito, sendo que tal classificação é atribuída a partir de modelos internos utilizados no processo de concessão de crédito. Para realização dessa classificação, utilizam-se os aspectos financeiros e qualitativos individuais dos clientes. Visto que a PD é a probabilidade de um credor entrar em descumprimento, ela é estimada com base nas informações do portfólio da instituição. O cálculo busca prever a possibilidade da ocorrência de descumprimento nos próximos doze meses para cada classificação de crédito, utilizando o perfil médio do portfólio nos últimos cinco anos conforme previsão normativa Nº 303 do Banco Central do Brasil (BCB). De forma adicional, respeitamos o piso de 0,05% para os valores de PD, conforme estabelecido no Capítulo II do normativo.

A EAD é o valor esperado para o saldo do credor no momento do default. Este valor deriva do saldo no momento da avaliação combinado com possíveis movimentações que possam alterar o saldo devedor até o momento do default, considerando a possibilidade de consumo de crédito à liberar que o cliente tenha disponível. Para efetuar a estimativa do FCC (Fator de conversão de Crédito) foram utilizados dados de conversão de crédito considerando os saldos e limites disponíveis dos credores 12 meses antes do momento de default para produtos rotativos. A instituição financeira armazena dados para um período de sete anos, cumprindo a exigência mínima prevista pelo Artigo 102 da Resolução 303.

A LGD é a estimativa do percentual do EAD que a instituição deixará de recuperar no caso de descumprimento. Tal estimativa é realizada com base nos eventos de descumprimento ocorridos e o comportamento posterior das recuperações líquidas a valores presentes¹. Utilizando como ponto de partida o período mínimo exigido pelo Artigo 102 do normativo da Resolução 303, armazenam-se dados de recuperação em período de *workout* suficiente para capturar pelo menos 90% do fluxo de recuperação observado e dos clientes após o momento do descumprimento. No processo de atribuição do parâmetro de LGD para cada um dos clientes dentro da instituição são levados em consideração possíveis fatores que mitiguem as potenciais perdas futuras a fim de obter um valor justo desse parâmetro, essas mitigações estão em cumprimento com o estabelecido pela Resolução 303.

Em adição aos modelos de parâmetros, a carteira do agro tem um conjunto de modelos que são utilizados para ordenação e classificação do risco das diferentes contrapartes (modelos de *Risk Rating* e *Behavior Score*), baseados no porte da contraparte, no nicho de atuação e na estratégia comercial do segmento.

Os modelos utilizados no processo de concessão são desenvolvidos pela área de modelagem em parceria com a área de análise de crédito, com base nas informações das demonstrações financeiras dos clientes, no seu histórico de comportamento com a instituição e no mercado, na avaliação do seu processo de gestão e governança através de dados internos, de *bureaus* e informações de mercado. Esses modelos atribuem uma classificação de crédito (rating/escore) para cada um dos credores permitindo segregar clientes de baixíssimo risco daqueles de risco mais alto dentro de uma classificação interna. A partir desta classificação interna são atribuídos os parâmetros de riscos que serão utilizados no processo de mensuração e gestão do risco e consequentemente de estimativa do capital segundo metodologia definida pelo Banco Central na Resolução BCB 303.

Cada um dos modelos listados acima passa por uma governança de aprovação que envolve a área desenvolvedora do modelo e a área de validação independente. A área desenvolvedora se encontra em uma estrutura segregada da área de validação de modo a garantir a independência na atuação. A deliberação sobre a aprovação ou não do modelo é feita no Comitê Técnico de Avaliação de Modelos onde são apresentadas as informações sobre o modelo como escopo, definição de uso, replicabilidade, estabilidade, aderência, discriminação e por fim, o parecer da área de validação. Após esse processo, o modelo ainda está sujeito a avaliações periódicas anuais a fim de definir se existe ou não necessidade de ajustes no mesmo. Esse monitoramento é realizado pela área de validação independente e seus resultados poderão ser encontrados na tabela CR9 deste relatório. De forma complementar, as equipes de risco operacional e auditoria interna avaliam a aderência dos modelos em relação aos aspectos normativos da própria Resolução nº 303 do BCB.

| EAD (em %) | EAD coberto pelas variadas abordagens | | |
|------------|---------------------------------------|------------|--------------|
| | Abordagem Padronizada | IRB Básica | IRB Avançada |
| Agro | 0% | 0% | 100% |
| Atacado | 0% | 0% | 100% |
| Varejo | 0% | 0% | 100% |

| Carteira | Componente do modelo | Número de modelos | Descriutivo |
|----------|----------------------|-------------------|---|
| Agro | PD | 1 | Modelo utilizado para a mensuração da probabilidade da ocorrência de descumprimento em cada uma das classificações. |
| | EAD | 1 | Modelo utilizado para a atribuição do saldo no momento do descumprimento. |
| | LGD | 1 | Modelo que determina a parcela do EAD que não será recuperado. |

| Carteira | Modelo | RWA _{CIRB} (%) |
|----------|--------|-------------------------|
| Agro | PD | 100% |
| | EAD | 100% |
| | LGD | 100% |

[1] Deduzem-se das recuperações econômicas os custos necessários para reaver os valores como, por exemplo, tarifas legais e despesas de cobrança.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

CR6: IRB - Exposições ao risco de crédito por carteira e intervalos de PD⁽¹⁾⁽²⁾

Em R\$ milhões

31/12/2025

| Carteira | Intervalos de PD (em %) | Exposições registradas no ativo da instituição | Exposições não registradas no ativo da instituição (pré FCC) | Fator de Conversão em Crédito (FCC) - média | Exposição no Momento do Descumprimento (EAD) após a utilização de instrumentos mitigadores e aplicação do FCC | Probabilidade de Descumprimento (PD) - média | Número de contrapartes | Perda Dado o Descumprimento (LCD) - média | Prazo médio das exposições | RWA modelos internos | Densidade RWAcirb | Perdas Esperadas (EL) | Provisões |
|---|-------------------------|--|--|---|---|--|------------------------|---|----------------------------|----------------------|-------------------|-----------------------|-----------|
| Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada | | | | | | | | | | | | | |
| de 0,00 a <0,15 | 31.776 | 4.051 | 52,70% | 33.911 | 0,08% | 203 | 46,43% | 2,7 | 8.882 | 26,19% | 13 | | |
| de 0,15 a <0,25 | 18.662 | 3.638 | 35,64% | 19.959 | 0,18% | 314 | 45,97% | 2,4 | 8.114 | 40,65% | 17 | | |
| de 0,25 a <0,50 | 37.928 | 6.169 | 26,50% | 39.564 | 0,31% | 1.433 | 38,51% | 2,0 | 16.333 | 41,28% | 47 | | |
| de 0,50 a <0,75 | 10.519 | 654 | 18,73% | 10.641 | 0,57% | 577 | 31,84% | 2,0 | 4.911 | 46,14% | 19 | | |
| de 0,75 a <2,50 | 15.945 | 3.189 | 22,69% | 16.669 | 1,33% | 1.489 | 28,72% | 2,0 | 9.123 | 54,73% | 63 | | |
| de 2,50 a <10,00 | 4.133 | 459 | 35,43% | 4.295 | 4,27% | 457 | 25,72% | 1,9 | 3.019 | 70,29% | 62 | | |
| de 10,00 a <100,00 | 3.029 | 70 | 14,73% | 3.039 | 30,00% | 359 | 27,20% | 2,3 | 3.727 | 122,61% | 237 | | |
| 100,00 (Descumprimento) | 2.832 | 37 | 18,15% | 2.839 | 100,00% | 418 | 40,69% | 2,4 | 9.675 | 340,77% | 1.155 | | |
| Subtotal | 124.825 | 18.266 | 33,35% | 130.917 | 3,31% | 5.250 | 39,27% | 2,3 | 63.784 | 48,72% | 1.613 | 1.662 | |
| Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada | | | | | | | | | | | | | |
| de 0,00 a <0,15 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| de 0,15 a <0,25 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| de 0,25 a <0,50 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| de 0,50 a <0,75 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| de 0,75 a <2,50 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| de 2,50 a <10,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| de 10,00 a <100,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 100,00 (Descumprimento) | 1 | - | - | 1 | 100,00% | 6 | 80,46% | 1,0 | - | 21,74% | 1 | | |
| Subtotal | 1 | - | - | 1 | 100,00% | 6 | 80,46% | 1,0 | - | - | 1 | 1 | |
| Carteira Agro | | | | | | | | | | | | | |
| de 0,00 a <0,15 | 31.776 | 4.051 | 52,70% | 33.911 | 0,08% | 203 | 46,43% | 2,7 | 8.881 | 26,19% | 13 | | |
| de 0,15 a <0,25 | 18.662 | 3.638 | 35,64% | 19.959 | 0,18% | 314 | 45,97% | 2,4 | 8.113 | 40,65% | 17 | | |
| de 0,25 a <0,50 | 37.928 | 6.169 | 26,50% | 39.564 | 0,31% | 1.433 | 38,51% | 2,0 | 16.331 | 41,28% | 47 | | |
| de 0,50 a <0,75 | 10.519 | 654 | 18,73% | 10.641 | 0,57% | 577 | 31,84% | 2,0 | 4.910 | 46,14% | 19 | | |
| de 0,75 a <2,50 | 15.945 | 3.189 | 22,69% | 16.669 | 1,32% | 1.489 | 28,72% | 2,0 | 9.123 | 54,73% | 63 | | |
| de 2,50 a <10,00 | 4.133 | 459 | 35,43% | 4.295 | 4,26% | 457 | 25,72% | 1,9 | 3.019 | 70,29% | 62 | | |
| de 10,00 a <100,00 | 3.029 | 70 | 14,73% | 3.039 | 27,99% | 359 | 27,20% | 2,3 | 3.726 | 122,61% | 237 | | |
| 100,00 (Descumprimento) | 2.834 | 37 | 18,15% | 2.840 | 100,00% | 424 | 40,71% | 2,4 | 9.675 | 340,64% | 1.156 | | |
| Total Carteira | 124.826 | 18.266 | 33,35% | 130.918 | 3,31% | 5.256 | 39,27% | 2,3 | 63.784 | 48,72% | 1.614 | 1.663 | |

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 532.

2) Considera RWAmodelos internos.

CR7: IRB - Efeitos da utilização de derivativos de crédito como instrumentos mitigadores do risco de crédito⁽¹⁾⁽²⁾

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 | |
|--|---|---|
| | RWACIRB antes da utilização de derivativo de crédito | RWACIRB após a utilização de derivativo de crédito |
| Instituições financeiras - Abordagem IRB básica | - | - |
| Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB básica | - | - |
| Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada | 63.784 | 63.784 |
| Empreendimento imobiliário gerador de receita - Abordagem IRB básica | - | - |
| Empreendimento imobiliário gerador de receita - Abordagem IRB avançada | - | - |
| Recebíveis financeiros de atacado - Abordagem IRB básica | - | - |
| Recebíveis financeiros de atacado - Abordagem IRB avançada | - | - |
| Crédito rotativo de varejo qualificado - Abordagem IRB avançada | - | - |
| Residencial - Abordagem IRB avançada | - | - |
| Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada | - | - |
| Recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada | - | - |
| Total | 63.784 | 63.784 |
| Do qual: unidade de negócio de crédito rural | 63.784 | 63.784 |

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 532.

2) Considera RWAmodelos internos.

CR8: Informações sobre as variações no RWAC_{IRB}⁽¹⁾⁽²⁾

| Em R\$ milhões | Valores de RWA |
|--|----------------|
| RWA no final do período anterior (30/09/2025) | 62.006 |
| Montante dos ativos | 2.482 |
| Qualidade dos ativos | (1.007) |
| Atualizações dos modelos | - |
| Metodologia e regulação | - |
| Aquisições e alienações | - |
| Flutuações de taxas de câmbio | 302 |
| Outros | - |
| RWA no final do período (31/12/2025) | 63.784 |

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 532.

2) Considera RWAmodelos internos.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

CR9: IRB - Comparação entre perdas estimadas e observadas (backtesting) do parâmetro PD por categoria, subcategoria e portfólio

| Carteira | Intervalos de PD | Classificação externa de risco | Probabilidade de Descumprimento (PD) - média | PD por exposições - média aritmética | Número de contrapartes | | Número de contrapartes em descumprimento | Das quais: Contrapartes que entraram em descumprimento no ano | Taxa anual média histórica de descumprimento |
|---|-------------------------|--------------------------------|--|--------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|--|--|--|
| | | | | | Observadas no final do ano anterior | Observadas no final do ano | | | |
| Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada | | | | | | | | | |
| | de 0,00 a <0,15 | | 0,08% | 0,09% | 204 | 203 | 4 | 1 | 0,18% |
| | de 0,15 a <0,25 | | 0,18% | 0,18% | 347 | 314 | 3 | 1 | 0,24% |
| | de 0,25 a <0,50 | | 0,31% | 0,32% | 1.345 | 1.433 | 58 | 2 | 0,48% |
| | de 0,50 a <0,75 | | 0,57% | 0,58% | 962 | 577 | 19 | 2 | 0,26% |
| | de 0,75 a <2,50 | | 1,33% | 1,37% | 1.364 | 1.489 | 86 | 1 | 1,35% |
| | de 2,50 a <10,00 | | 4,27% | 4,37% | 461 | 457 | 78 | 3 | 2,24% |
| | de 10,00 a <100,00 | | 30,00% | 28,20% | 186 | 359 | 89 | 4 | 11,73% |
| | 100,00 (Descumprimento) | | 100,00% | 100,00% | 211 | 418 | - | - | - |
| Subtotal | | | | | 5.080 | 5.250 | 337 | 14 | 1,50% |
| Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada | | | | | | | | | |
| | de 0,00 a <0,15 | | - | - | - | - | - | - | - |
| | de 0,15 a <0,25 | | - | - | - | - | - | - | - |
| | de 0,25 a <0,50 | | - | - | 4 | - | - | - | - |
| | de 0,50 a <0,75 | | - | - | 2 | - | - | - | - |
| | de 0,75 a <2,50 | | - | - | 4 | - | 2 | - | - |
| | de 2,50 a <10,00 | | - | - | 1 | - | 1 | - | - |
| | de 10,00 a <100,00 | | - | - | - | - | 1 | 1 | - |
| | 100,00 (Descumprimento) | | 100,00% | 100,00% | 3 | 6 | - | - | - |
| Subtotal | | | | | 14 | 6 | 4 | 1 | - |
| Carteira Agro | | | | | | | | | |
| | de 0,00 a <0,15 | | 0,08% | 0,09% | 204 | 203 | 4 | 1 | 0,18% |
| | de 0,15 a <0,25 | | 0,18% | 0,18% | 347 | 314 | 3 | 1 | 0,24% |
| | de 0,25 a <0,50 | | 0,31% | 0,32% | 1.349 | 1.433 | 58 | 2 | 0,48% |
| | de 0,50 a <0,75 | | 0,57% | 0,58% | 964 | 577 | 19 | 2 | 0,26% |
| | de 0,75 a <2,50 | | 1,33% | 1,37% | 1.368 | 1.489 | 88 | 1 | 1,35% |
| | de 2,50 a <10,00 | | 4,27% | 4,37% | 462 | 457 | 79 | 3 | 2,24% |
| | de 10,00 a <100,00 | | 30,00% | 28,20% | 186 | 359 | 90 | 5 | 11,73% |
| | 100,00 (Descumprimento) | | 100,00% | 100,00% | 214 | 424 | - | - | 100,00% |
| Total | | | | | 5.094 | 5.256 | 341 | 15 | 1,50% |

Relativo ao resultado da coluna “Taxa anual média histórica de descumprimento”, foi reportado na CTAM de 07 de novembro de 2025 a descalibragem no modelo de probabilidade de descumprimento do segmento de Agronegócio, formalizada pelo AR002754, com a seguinte descrição:

“Foram reportados na CTAM de 07/11/2025 mais que três faróis de alerta consecutivos para modelos do Atacado, ativando gestão de consequência, conforme governança vigente. Os modelos afetados foram:

MRM24_365: PD Agro

MRM21_594: PD Lifetime Grandes Empresas

MRM21_26: PD Lifetime Middle Market”

O novo modelo de PD AGRO (MRM25_681), foi aprovado na CTAM de 26 de janeiro de 2026 com efeito observado no fechamento de janeiro de 2026, resolvendo o apontamento supracitado.

CMS1: Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco

| | RWA | 31/12/2025 | | |
|--|------------------------|-------------------------------|-------------------|--|
| | RWA - modelos internos | RWA - abordagens padronizadas | RWA Total (a + b) | RWA - abordagem padronizada para todas as exposições |
| Risco de crédito em sentido estrito | 79.343 | 1.119.760 | 1.199.103 | 1.229.199 |
| Risco de crédito de contraparte | | 26.631 | 29.789 | 30.987 |
| Exposições de securitização classificadas na carteira bancária | | 12.838 | 12.838 | 12.838 |
| Risco de Mercado | 44.760 | 5.488 | 50.248 | 61.438 |
| Risco Operacional | | 143.006 | 143.006 | 143.006 |
| RWA residual | | 70.491 | 70.491 | 70.491 |
| Total | 124.103 | 1.378.214 | 1.505.475 | 1.547.959 |

CMS2: Comparação entre RWAcpad e RWAcirb por categoria, subcategoria e portfólio

31/12/2025

| | RWA | | | |
|---|----------------------------|--|------------------|------------------------------------|
| | RWA (Abordagem IRB) (a) | RWA para a coluna (a) utilizando a abordagem padronizada (b) | RWA Total (c) | RWA - Abordagem padronizada (d) |
| Em R\$ milhões | | | | |
| Soberanos e respectivas moedas | | | - | - |
| Do qual: organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento (EMD) | | | - | - |
| Instituições financeiras | - | - | - | - |
| Participações societárias | | | - | - |
| Recebíveis financeiros adquiridos | - | - | - | - |
| Atacado | 79.343 | 109.439 | 79.343 | 109.439 |
| Do qual: abordagem IRB básica | - | - | - | - |
| Do qual: abordagem IRB avançada | 79.343 | 109.439 | 79.343 | 109.439 |
| Varejo | - | - | - | - |
| Do qual: crédito rotativo de varejo qualificado | - | - | - | - |
| Do qual: residencial | - | - | - | - |
| Do qual: outros | - | - | - | - |
| Financiamentos Especializados | - | - | - | - |
| Do qual: empreendimento imobiliário gerador de receita e financiamento imobiliário comercial de alta volatilidade (HVCRE) | - | - | - | - |
| Outros | - | - | 1.119.760 | 1.119.760 |
| Total | 79.343 | 109.439 | 1.199.103 | 1.229.199 |
| Do qual: unidade de negócio de crédito rural | 79.343 | 109.439 | 79.343 | 109.439 |

Risco de Crédito de Contraparte**CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)**

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição gerencial e regulatória a este risco, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para a governança de consumo de limites e gestão de sublimites das contrapartes, como para a alocação de capital, respectivamente.

A volatilidade gerencial do risco de crédito potencial (RCP) de derivativos (interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar até o seu vencimento) e a volatilidade de contratos de compromissadas e operações de câmbio são monitoradas periodicamente para manter a exposição em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

O risco pode ser mitigado com a utilização de chamada de margem, *initial margin* ou outro instrumento mitigador.

Atualmente, o Itaú Unibanco não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito. A seguir são apresentadas as exposições regulatórias ao risco de crédito de contraparte.

CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

| Em R\$ milhões | | | | | | 31/12/2025 |
|---|--------------------|------------------------|---|-------------------------------|---------------|------------|
| | Valor de reposição | Ganho potencial futuro | Multiplicador empregado no cômputo da exposição | Exposição total pós-mitigação | RWA | |
| Abordagem SA-CCR | 12.896 | 8.898 | 1,4 | 30.512 | 19.907 | |
| Abordagem CEM | - | - | | - | - | |
| Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos) | | | | - | - | |
| Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos) | | | | 754.348 | 7.402 | |
| Total | | | | | 27.309 | |

CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

| Em R\$ milhões | Fator de ponderação de risco (FPR) | | | | | | | | | 31/12/2025 |
|--|------------------------------------|-----|--------------|----------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
| | 0% | 10% | 20% | 50% | 65% | 85% | 100% | 150% | Outros | |
| Governos centrais e respectivos bancos centrais | 326.191 | - | 2 | 6 | - | - | - | - | - | 326.199 |
| Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior | 4 | - | - | - | 72 | - | - | - | - | 76 |
| Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil | 52.436 | - | 2.673 | - | - | - | 45 | 1.851 | 3.323 | 60.328 |
| Pessoas jurídicas não financeiras | 369.487 | - | 30 | - | 9.612 | 1.423 | 15.421 | - | - | 395.973 |
| Outras contrapartes | 1.328 | - | - | - | 1 | - | 823 | 132 | - | 2.284 |
| Total | 749.446 | - | 2.705 | 6 | 9.685 | 1.423 | 16.289 | 1.983 | 3.323 | 784.860 |

Nas tabelas CCR1 e CCR3 houve queda em exposições em Instituições financeiras e Pessoas jurídicas não financeiras

CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

| Em R\$ milhões | Colaterais financeiros associados a operações com derivativos | | | | Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos | | 31/12/2025 |
|---|--|---------------|--|---------------|--|--|----------------|
| | Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição | | Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte | | Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte | Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte | |
| | Apartados | Não apartados | Apartados | Não apartados | Apartados | Não apartados | |
| Depósitos – moeda nacional | - | - | - | - | | 448.788 | 265.439 |
| Depósitos – outras moedas | - | 1.423 | 2.812 | 3.759 | | 7.557 | 5.190 |
| Títulos públicos federais | - | - | 12.032 | - | | 266.105 | 394.016 |
| Títulos emitidos por outros governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais | - | - | 30.856 | - | | 2.095 | 4.511 |
| Títulos privados | - | - | - | - | | 109 | 60.929 |
| Ações | - | - | 1.204 | - | | - | 3.252 |
| Outros colaterais | - | - | 94 | - | | - | - |
| Total | - | 1.423 | 46.998 | 3.759 | | 724.654 | 733.337 |

Queda nos colaterais recebidos e entregues associados a operações compromissadas

CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

| Em R\$ milhões | Risco transferido | 31/12/2025 | Risco recebido |
|--|-------------------|------------|----------------|
| Valor Nocial | | | |
| Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS) | 22.639 | | 29.059 |
| Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade | 5.502 | | 5.502 |
| Swaps de taxa de retorno total | - | | 52.573 |
| Valor de nocial total | 28.141 | | 87.134 |
| Valor justo | 95 | | 153 |
| Valor justo positivo (ativo) | 166 | | 449 |
| Valor justo negativo (passivo) | (71) | | (296) |

CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

| Em R\$ Milhões | Exposição após mitigação | 31/12/2025 | RWA |
|--|--------------------------|------------|-------|
| Exposições a QCCPs (total) | | | 2.480 |
| Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais: | | | |
| (i) Derivativos de balcão | 13.011 | | 433 |
| (ii) Derivativos padronizados | 12.988 | | 433 |
| (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas | 23 | | - |
| (iv) Demais operações | - | | - |
| Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs | - | | |
| Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs | 6.472 | | 2.035 |
| Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados | 122 | | 12 |
| Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs | - | | - |
| Exposições a CCPs não qualificadas (total) | | | - |
| Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais: | | | |
| (i) Derivativos de balcão | - | | - |
| (ii) Derivativos padronizados | - | | - |
| (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas | - | | - |
| (iv) Demais operações | - | | - |
| Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs | - | | |
| Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas | - | | - |
| Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados | - | | - |
| Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs | - | | - |

Queda no saldo de colaterais financeiros constituídos

Exposições de Securitização

SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

Atualmente, o Itaú Unibanco coordena e distribui emissões de valores mobiliários securitizados no mercado de capitais com ou sem garantia firme de colocação. Em caso de exercer a garantia firme o banco assumirá o risco como investidor da operação.

O Itaú Unibanco também se coloca na posição de investidor, onde a instituição adquire as operações com classes de priorização, sênior, mezanino ou subordinada, dos veículos emissores. O processo de decisão de investimento perpassa por diversos fatores, incluindo análise de risco dos ativos subjacentes, perfil de risco dos ativos, retorno atribuído às emissões, mecanismos de subordinação, entre outros.

O Itaú Unibanco não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização, tampouco administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão/originação.

Em relação à contabilização, cabe observar que (i) os ativos representativos de securitizações de terceiros são contabilizados assim como os demais ativos de titularidade do banco, conforme normas contábeis brasileiras; (ii) e os créditos de securitizações originados da carteira própria do Itaú Unibanco permanecem contabilizados nos casos de cessão de crédito com coobrigação.

No ano de 2025, o Itaú Unibanco não realizou a venda de ativos de securitização de crédito sem retenção substancial de riscos e não cedeu exposições com retenção substancial de riscos, que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 | | | | | | | | | |
|---|---|-----------|----------|---|-----------|----------|---|---------------|---------------|---------------|
| | Instituição financeira - posições retidas | | | Instituição financeira - como patrocinadora | | | Instituição financeira - como investidora | | | |
| | Tradicional | Sintética | Subtotal | Tradicional | Sintética | Subtotal | Tradicional | Sintética | Subtotal | |
| Varejo (total), das quais: | - | - | - | - | - | - | - | 15.774 | - | 15.774 |
| imobiliário residencial | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| cartão de crédito | - | - | - | - | - | - | 2.936 | - | 2.936 | |
| outras | - | - | - | - | - | - | 12.838 | - | 12.838 | |
| ressecuritização | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Atacado (total), das quais: | - | - | - | - | - | - | 12.962 | - | 12.962 | |
| demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo | - | - | - | - | - | - | 9.456 | - | 9.456 | |
| imobiliário comercial | - | - | - | - | - | - | 3.506 | - | 3.506 | |
| arrendamento mercantil e recebíveis | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| ressecuritização | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |

SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC2.

SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC3.

SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

| Em R\$ milhões | | | | | | | | | | | 31/12/2025 |
|--|---|-----------------|------------------|---------------------|----------|-------------------------------|----------|-----------------------|----------|-------------------------|------------|
| | Valores das exposições (por faixa de FPR) | | | | | Valor agregado das exposições | | RWA | | Requerimento de capital | |
| | ≤20% | 20% < FPR < 50% | 50% ≤ FPR < 100% | 100% ≤ FPR < 1.250% | 1250% | Abordagem Padronizada | 1250% | Abordagem Padronizada | 1250% | Abordagem Padronizada | 1250% |
| Exposições totais | 10 | 21.131 | 3.217 | 4.377 | - | 28.736 | - | 12.838 | - | 1.027 | - |
| Securitização tradicional, da qual: | 10 | 21.131 | 3.217 | 4.377 | - | 28.736 | - | 12.838 | - | 1.027 | - |
| Securitização: | 10 | 21.131 | 3.217 | 4.377 | - | 28.736 | - | 12.838 | - | 1.027 | - |
| com ativos subjacentes de varejo | 10 | 8.696 | 3.043 | 4.025 | - | 15.775 | - | 8.492 | - | 679 | - |
| com ativos subjacentes, exceto varejo | - | 12.435 | 174 | 352 | - | 12.961 | - | 4.346 | - | 348 | - |
| Ressecuritização: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Securitização sintética, da qual: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Securitização: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| com ativos subjacentes de varejo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| com ativos subjacentes, exceto varejo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ressecuritização: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

Risco de Mercado

MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

A Política institucional de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução 4.557 e estabelece a estrutura de gestão e controle de risco de mercado, que tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem-informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Resolução BCB Nº 111 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos

financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (“*MtM – Mark to Market*”); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gegas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos

limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 |
|---|---------------------------|
| Fatores de risco | RWA_{MPAD} |
| Taxas de juros | 46.904 |
| Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1}) | 14.936 |
| Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2}) | 12.996 |
| Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3}) | 18.972 |
| Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4}) | - |
| Preços de ações (RWA_{ACS}) | 1.308 |
| Taxas de câmbio (RWA_{CAM}) | 1.861 |
| Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM}) | 5.877 |
| RWADRC | 4.517 |
| RWACVA | 971 |
| Total | 61.438 |

A métrica do Modelo Padronizado (RWA_{MPAD}) diminuiu em relação ao último trimestre, com impactos principalmente em índices de preços e cupom de moedas.

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB Nº 111, não foram realizadas reclassificações de instrumentos para a carteira de negociação ou para carteira bancária no trimestre atual.

MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos

Na abordagem de modelos internos são utilizados os modelos de VaR e VaR estressado. Esses modelos são aplicados sobre as operações em Carteira de Negociação, com os fatores de risco: taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio, ações e commodities. Os modelos de VaR e VaR estressado são utilizados nas empresas do Conglomerado Prudencial apresentadas na tabela a seguir:

| Instituição | Modelo utilizado para risco de mercado |
|---|--|
| Acácia FIDC Direitos Creditórios LTDA | VaR e VaR Estressado |
| Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI | VaR e VaR Estressado |
| Angico FIDC Segmento Infraestrutura e Agronegócio de Responsabilidade Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Banco Investcred Unibanco S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Banco Itaú (Suisse) S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Banco Itaú Chile | VaR e VaR Estressado |
| Banco Itaú Consignado S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Banco Itaú International | VaR e VaR Estressado |
| Banco Itaú Paraguay S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Banco Itaú Uruguay S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Banco Itaú Veículos S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Banco ItauBank S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Banco Itaucard S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios | VaR e VaR Estressado |
| Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil | VaR e VaR Estressado |
| FIDC B2cycle NPL | VaR e VaR Estressado |
| FIDC Cloudw Akira I | VaR e VaR Estressado |
| FIDC Kiwify | VaR e VaR Estressado |
| FIDC Mobilitas | VaR e VaR Estressado |
| FIDC Sumup Solo | VaR e VaR Estressado |
| Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento | VaR e VaR Estressado |
| Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II | VaR e VaR Estressado |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA | VaR e VaR Estressado |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul | VaR e VaR Estressado |
| Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário | VaR e VaR Estressado |
| Fundo Kinea Ventures | VaR e VaR Estressado |
| IA II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Ideal Holding Financeira S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | VaR e VaR Estressado |
| Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú (Panamá) S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Administradora de Consórcios Ltda. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Bank & Trust Cayman Ltd. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Bank, Ltd. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú BBA Europe S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú BBA International Plc. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú BBA Trading S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú BBA Trading S.A. - Sucursal Uruguay | VaR e VaR Estressado |
| Itaú BBA USA Securities Inc. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Chile New York Branch. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Colombia S.A | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Corredores de Bolsa Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Corretora de Valores S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Fiduciaria Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria | VaR e VaR Estressado |
| Itaú International Securities Inc. | VaR e VaR Estressado |
| Itaú Invest Casa de Bolsa S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Itau Isento Julho 28 FIC de Fundos Infra RF Incentivo Resp Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Itau Isento Marco 29 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Itau Isento Marco 30 FIC de Fundos Incentivados de Inv Financeiro em Infra RF Resp Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Itau Isento Setembro 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF Resp Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Itau Isento Setembro 29 FIC de Fundos Incentivados | VaR e VaR Estressado |

| | |
|---|----------------------|
| Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento | VaR e VaR Estressado |
| Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor | VaR e VaR Estressado |
| NC 2025 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | VaR e VaR Estressado |
| NC 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | VaR e VaR Estressado |
| Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior | VaR e VaR Estressado |
| Pont Sociedad Anónima | VaR e VaR Estressado |
| Redecard Instituição de Pagamento S.A. | VaR e VaR Estressado |
| Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A. | VaR e VaR Estressado |
| RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI | VaR e VaR Estressado |
| RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento | VaR e VaR Estressado |
| Tangerina Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Tarumá 2 FIF Fundo Incentivado em Investimento em Deb de Infra RF Cred Priv Resp Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Tarumá Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado | VaR e VaR Estressado |
| Théros Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas | VaR e VaR Estressado |
| TOP 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada | VaR e VaR Estressado |
| Vitex FIF Fundo Incentivado em Investimento em Debêntures de Infra RF Cred Priv Resp Limitada | VaR e VaR Estressado |

O Itaú Unibanco, para fins regulatórios, utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR e VaR Estressado. Essa metodologia utiliza os retornos observados no passado para calcular os ganhos e perdas de uma carteira ao longo do tempo, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de manutenção (*holding period*) de no mínimo 10 dias. No dia 31/12/2025, o VaR representou 53% do requerimento de capital, enquanto o VaR Estressado representou 47%. A mesma metodologia é utilizada para fins gerenciais, ou seja, não existem diferenças entre os modelos gerenciais e regulatórios.

Em relação ao modelo de VaR, os retornos históricos são atualizados diariamente. O Itaú Unibanco utiliza no seu modelo de VaR tanto a abordagem sem ponderação, na qual os dados históricos têm o mesmo peso, quanto com ponderação pela volatilidade dos retornos. Para o cálculo de volatilidades, é utilizado o método de alisamento exponencial. A metodologia de VaR Histórico com períodos de manutenção de 10 dias assume que a distribuição esperada para as perdas e ganhos possíveis para a carteira pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que esta carteira está exposta. Os retornos observados no passado são aplicados às operações atuais, gerando uma distribuição de probabilidade de perdas e ganhos simulados que são utilizados para estimar o VaR Histórico, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos. Os retornos utilizados nas simulações dos movimentos dos fatores de risco são relativos.

Já em relação ao modelo de VaR Estressado, o cálculo é realizado para um horizonte temporal de 10 dias úteis, considerando-se o nível de confiança de 99% e retornos simples no período histórico de um ano. O período histórico de estresse é calculado periodicamente para o período desde 2004 e pode ser revisto sempre que se julgar necessário. Isso pode ocorrer quando a composição das carteiras do Itaú Unibanco sofrer uma alteração significativa, quando forem observadas mudanças nos resultados da simulação dos retornos históricos ou quando acontecer uma nova crise de mercado. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos.

Além do uso do VaR, o Itaú Unibanco realiza diariamente análises de risco em cenários extremos por meio de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado. Os cenários são baseados em crises históricas, prospectivas e em choques pré-determinados nos fatores de risco. Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes, por exemplo, é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco, e este efeito é simulado de várias maneiras nos diversos cenários testados.

A fim de identificar seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da tesouraria e da alta administração, os resultados dos testes de estresse são avaliados por fatores de risco, bem como de forma consolidada.

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.646. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com três intervalos de confiança distintos (99%, 97,5% e 95%) em três janelas históricas distintas (250, 500 e 750 dias úteis). Com isso contempla 9 amostras diferentes, garantindo a qualidade estatística da hipótese de VaR histórico.

O Itaú Unibanco possui um conjunto de processos, executados periodicamente pelas equipes de controles internos, cujo objetivo é replicar de forma independente as métricas que sensibilizam o capital de risco de mercado por modelos internos. Além dos resultados dos processos periódicos, o Itaú Unibanco avalia o processo de mensuração dos horizontes temporais por fatores de risco e a estimativa do período de estresse para o cálculo do VaR estressado. A validação do modelo interno inclui diversos tópicos considerados essenciais para a análise crítica do modelo, como por exemplo, a avaliação das limitações do modelo, a adequação dos parâmetros usados na estimativa de volatilidade e a abrangência a confiabilidade dos dados de entrada.

MR2: Informações sobre as variações do RWAMINT

Exposições sujeitas a risco de mercado

A tabela a seguir mostra as exposições sujeitas a risco de mercado na abordagem de modelos internos, para apuração do requerimento de capital.

| Em R\$ milhões | VaR | VaR estressado | Outros | RWAMINT total |
|---|---------------|----------------|--------------|---------------|
| RWAMINT em 30/09/2025 | 17.274 | 15.568 | 736 | 33.578 |
| Mudanças nos níveis de risco | (1.832) | 1.464 | - | (368) |
| Atualizações e mudanças no modelo interno | - | - | - | - |
| Metodologia e regulação | - | - | - | - |
| Aquisições e vendas | - | - | - | - |
| Mudanças nas taxas de câmbio | 2 | (3.308) | - | (3.306) |
| Outros | - | - | 781 | 781 |
| RWADRC | | | - | - |
| RWACVA | | | - | - |
| RWAMINT em 31/12/2025 | 15.444 | 13.724 | 1.517 | 30.685 |

O RWAMINT diminuiu em relação ao trimestre anterior, principalmente devido aos índices de preço e ao risco em moeda estrangeira.

MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado

A tabela a seguir mostra os valores de VaR e VaR estressado apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 |
|--------------------------------------|-------------------|
| VaR (10 dias, 99%) | |
| Máximo | 459 |
| Médio | 292 |
| Mínimo | 194 |
| Final do trimestre | 286 |
| VaR estressado (10 dias, 99%) | |
| Máximo | 464 |
| Médio | 366 |
| Mínimo | 310 |
| Final do trimestre | 319 |

O VaR e o VaR estressado reduziram em relação ao trimestre anterior devido principalmente a diminuição da exposição cambial.

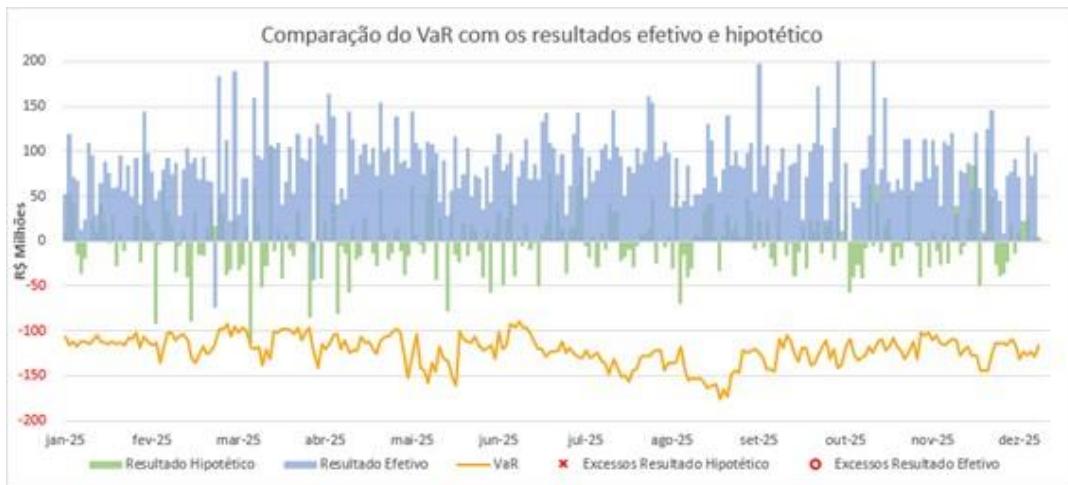
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético**Teste de Aderência**

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos com o VaR diário. O VaR diário é calculado para um horizonte de manutenção de um dia, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. O percentual de requerimento de capital associado a este modelo é de 100%.

As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): os resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): faixa intermediária. Sinaliza a necessidade de atenção por meio do monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): há necessidade de uma ação de melhoria.

O gráfico a seguir mostra a comparação entre o VaR e os resultados efetivo e hipotético:



Em relação aos resultados hipotético e efetivo, não houve exceção.

Os resultados efetivos não incluem tarifas, corretagens e comissões. Não existem reservas de resultado.

Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das carteiras de negociação e bancária nos respectivos fatores de risco.

Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária

| Fatores de Risco | Com Contraparte Central | | Exterior | | Sem Contraparte Central | | Exterior | | 31/12/2025 |
|------------------|-------------------------|-----------|----------|----------|-------------------------|-----------|----------|-----------|------------|
| | Brasil | | Exterior | | Brasil | | Exterior | | |
| | Comprada | Vendida | Comprada | Vendida | Comprada | Vendida | Comprada | Vendida | |
| Taxas de Juros | 216.240 | (436.303) | 26.503 | (25.655) | 173.427 | (275.215) | 105.745 | (124.946) | |
| Taxas de Câmbio | 171.413 | (172.533) | 47.299 | (40.693) | 30.407 | (53.961) | 596.988 | (523.320) | |
| Ações | 22.760 | (19.974) | 5.329 | (4.049) | 1.725 | (5.500) | 1.288 | (1.105) | |
| Commodities | 891 | (2.303) | 2 | (3.333) | 708 | (38) | - | - | |

IRRBB: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

A Circular BACEN nº 3.876, publicada em janeiro de 2018, dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*).

Para fins desta Circular, definem-se:

- ΔEVE (Delta Economic Value of Equity) como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

- ΔNII (Delta Net Interest Income) como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

As análises de sensibilidade da carteira bancária aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis ou econômicos, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Itaú Unibanco.

A instituição utiliza a metodologia interna para mensuração de ΔEVE e ΔNII . Os valores apurados para o ΔEVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que ΔNII indica potencial volatilidade aos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

Em cumprimento da circular, estão discriminadas abaixo as informações qualitativas e quantitativas acerca do gerenciamento de risco relativo ao IRRBB no Itaú Unibanco.

Estrutura e tratamento

O risco de taxa de juros da carteira bancária refere-se ao risco potencial de impacto na suficiência de capital e/ou nos resultados de intermediação financeira devido a movimentos adversos das taxas de juros, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O principal objetivo da gestão de ativos e passivos é maximizar a relação entre retorno e risco das posições contidas na carteira bancária, levando em conta o valor econômico dos ativos/passivos e os impactos nos resultados do exercício e nos resultados futuros.

O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira bancária ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui políticas e controles de risco que visam a garantir a adequação ao apetite de risco da instituição. O *framework* do IRRBB possui limites gerenciais granulares para diversas métricas de risco e limites consolidados de ΔEVE e ΔNII e limites associados a testes de estresse.

A unidade de gerenciamento de ativos e passivos é responsável pela gestão dos descasamentos entre fluxos ativos e passivos por faixa de prazos e atua na mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de hedge econômico e de hedge contábil.

Todos os modelos associados ao IRRBB possuem um processo robusto de validação independente e seus modelos são aprovados pela CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos). Além disso, todos os modelos e processos são avaliados pela auditoria interna.

O *framework* de risco de taxas de juros da carteira bancária possui medidas de risco gerenciais que são calculadas diariamente para o controle de limites. As métricas de ΔEVE e ΔNII são avaliadas em relação aos limites de apetite de risco e as demais métricas de risco em relação aos limites de risco gerenciais.

No processo de gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária, o tratamento dispensado às operações sujeitas às opções automáticas é feito por meio de modelos de marcação a mercado que descompõe os produtos, sempre que possível, em instrumentos lineares e não lineares. Os instrumentos lineares

são tratados de maneira análoga aos demais instrumentos sem opcionalidades e os instrumentos não lineares possuem um tratamento específico dado por meio de um *Add-on* nas métricas de Δ EVE e Δ NII.

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais são classificadas como depósitos sem vencimento contratual definido ou produtos sujeitos a pré-pagamento. Os depósitos sem vencimento são classificados em relação à sua natureza e estabilidade para garantir adequação das premissas em relação aos limites regulatórios. O tratamento dispensado aos produtos sujeitos a pré-pagamento é feito por meio de modelos de análise de sobrevivência, cuja dinâmica é determinada com base no comportamento histórico das carteiras. Os fluxos dos instrumentos que possuem características homogêneas são ajustados por modelos específicos de forma a refletir de maneira mais adequada os fluxos de reapreçamento dos instrumentos.

A carteira bancária é composta por operações ativas e passivas originadas pelos diversos canais comerciais (varejo e atacado) do Itaú Unibanco. As exposições de risco de mercado inerentes à carteira bancária são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços.

No IRRBB, são consideradas ainda as operações de *hedge* que buscam mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e suas assimetrias contábeis.

O risco de mercado gerado pelos descasamentos estruturais é gerenciado por meio de vários instrumentos financeiros, como derivativos de bolsa e no mercado de balcão. Em alguns casos, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como *hedge* contábil, de acordo com suas características de risco e fluxo de caixa. Nestes casos, a documentação comprobatória específica é analisada para permitir o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de *hedges* são definidos pela Circular BACEN nº 3.082.

A modelagem do IRRBB inclui uma série de premissas:

- O Δ EVE e o Δ NII são mensurados com base nos fluxos de caixa dos instrumentos da carteira bancária, decompostos nos seus fatores de risco isolando o efeito de taxa de juros e dos componentes de *spread*;
- Para depósitos sem vencimento os modelos são classificados quanto a sua natureza e estabilidade e distribuídos no tempo considerando os limites regulatórios;
- A instituição utiliza modelos de análise de sobrevivência para o tratamento de operações de crédito sujeitas ao pré-pagamento e modelos empíricos para operações sujeitas ao resgate antecipado;
- A reprecificação de prazo médio atribuída aos depósitos sem vencimento contratual é definido em 2,07 anos;
- A reprecificação de prazo máximo atribuída aos depósitos sem vencimento contratual é definido em 30 anos.

O art. 16 da Resolução BCB 54 estabelece a necessidade de publicação do Δ EVE e Δ NII, considerando os cenários de choques padronizados descrito pelo art. 11 da Circular BACEN 3.876.

Na tabela abaixo são apresentados os principais resultados decorrentes das mudanças nas taxas de juros sobre a carteira bancária nos cenários padronizados (art. 11). Destaca-se que, seguindo a regulamentação, as potenciais perdas estão representadas por valores positivos e os ganhos por valores negativos (entre parênteses).

- Paralelo de Alta: aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;

- Paralelo de Baixa: redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;
- Aumento no Curto: aumento das taxas de juros de curto prazo;
- Redução no Curto: redução das taxas de juros de curto prazo;
- Steepener: redução das taxas de juros de curto prazo e aumento das taxas de juros de longo prazo;
- *Flattener*: aumento das taxas de juros de curto prazo e redução das taxas de juros de longo prazo.

IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Perda Potencial dos Instrumentos Classificados na Carteira Bancária decorrente de Cenários de Variação das Taxas de Juros⁽¹⁾

(As perdas são representadas por valores positivos, enquanto os ganhos são representados por valores negativos entre parênteses)

| Em R\$ milhões | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|---------------------------|---|---|---|---|
| | ΔEVE | ΔNII | ΔEVE | ΔNII |
| Cenários | Choques Padronizados⁽²⁾ | Choques Padronizados⁽²⁾ | Choques Padronizados⁽²⁾ | Choques Padronizados⁽²⁾ |
| Paralelo de Alta | 16.076 | 1.872 | 12.393 | 2.667 |
| Paralelo de Baixa | -18.802 | -2.737 | -14.394 | -3.935 |
| Aumento no Curto | 10.908 | | 9.047 | |
| Redução no Curto | -11.770 | | -9.798 | |
| <i>Steepener</i> | -2.007 | | -2.374 | |
| <i>Flattener</i> | 5.163 | | 4.802 | |
| Variação Máxima | 16.076 | 1.872 | 12.393 | 2.667 |
| Capital de Nível I | 208.161 | | 206.196 | |

1) As medidas de variação têm as perdas representadas por valores positivos, conforme Art. 13 § 3º da Circular 3.876.

2) Os valores são calculados por meio de modelo interno e choques regulatórios padronizados, conforme Art. 39 §1º II da Circular 3.876.

A variação máxima do ΔEVE com choques padronizados, para o teste de outlier, foi de R\$ 16.076 milhões em 31 de dezembro de 2025, no cenário de choques Paralelo de Alta, que corresponde a perda potencial de 7,72% do capital de Nível I, que é inferior a 15% - percentual que define a instituição como outlier (conforme Art.44 da Circular 3.876).

O ΔNII, com os choques padronizados, para um horizonte de um ano, possui perda máxima de R\$ 1.872 milhões no cenário de choques Paralelo de Alta.

ORA - Informações Qualitativas sobre o gerenciamento de Risco Operacional

As informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional abrangem as políticas, estratégias, estruturas e processos adotados pelo Itaú Unibanco para garantir a adequada gestão desse risco. O gerenciamento do Risco Operacional no Itaú é realizado conforme as diretrizes estabelecidas na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, disponível para consulta no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

Para viabilizar essa gestão, a instituição adota o modelo das três linhas, divulgado pelo Institute of Internal Auditors (IIA). A Primeira Linha, representada pelas áreas de Negócio, Suporte ou Comunidades, é diretamente responsável pela identificação, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais.

Já a Segunda Linha, representada pela Área de Riscos (AR), assegura, de forma independente e centralizada, que os riscos sejam administrados de acordo com políticas e procedimentos, definindo parâmetros para o processo de gestão e supervisionando sua execução. Vinculada à AR, a Diretoria de Compliance & OPRisk (DCOR) apoia a primeira linha garantindo conformidade e centralidade no cliente, por meio do monitoramento da efetividade do gerenciamento de riscos e emissão de opinião independente sobre a qualidade do ambiente de controle. A DCOR atua de forma independente, com comunicação direta com administradores e colaboradores e acesso a quaisquer informações necessárias. A Terceira Linha, por sua vez, é representada pela Auditoria Interna, área segregada e independente das demais, com responsabilidades definidas na Política de Auditoria Interna.

Quanto aos sistemas, rotinas e procedimentos utilizados para mensurar o risco operacional, a captura e o reporte dos dados relativos às perdas operacionais são responsabilidade das áreas de Finanças, que devem assegurar integridade, consistência e alinhamento desses dados com as demonstrações financeiras. A consolidação e constituição do banco de dados de perdas é conduzida pela Área de Riscos, garantindo conformidade com diretrizes regulatórias e requisitos normativos. As áreas responsáveis pelo reporte também devem colaborar com a Área de Riscos, fornecendo informações complementares que enriqueçam e caracterizem adequadamente os eventos registrados.

No que se refere ao reporte gerencial, o escopo e o contexto dos relatórios destinados à diretoria, ao comitê de riscos e ao conselho de administração incluem periodicidade, critérios para inclusão de informações relevantes e registro de incidentes extraordinários. A comunicação com a alta administração ocorre por fóruns de governança específicos. No âmbito do Conselho de Administração, esse reporte acontece no Comitê de Gestão de Risco e de Capital, estabelecido conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017, responsável por apoiar o conselho no acompanhamento da gestão de riscos, incluindo o risco operacional e os controles internos. O Comitê de Auditoria, regulamentado pela Resolução CMN nº 4.910/2021, avalia a qualidade e efetividade dos controles internos e recebe atualizações periódicas sobre o tema. Ainda, anualmente, em atendimento à Resolução CMN nº 4.968, é submetido ao Conselho de Administração um relatório sobre os sistemas de controles internos.

Para o Comitê Executivo, a comunicação se dá em fóruns específicos, como a Comissão Superior de Compliance & OpRisk (CSCOR), que tem participação do Presidente do Itaú Unibanco, dos membros do Comitê Executivo, incluindo o Chief Risk Officer (CRO), e do Diretor de Auditoria Interna. Esse fórum, trimestral, tem como funções conhecer os riscos dos processos de negócios e áreas de suporte, avaliar os resultados do Sistema de Controles Internos e definir diretrizes para gestão dos riscos operacionais e regulatórios. Outro fórum é o Comitê de Compliance & OpRisk (CCOR) com MCE, que ocorre três vezes ao ano e conta com o membro do Comitê Executivo responsável pela área e o Diretor de Compliance & OpRisk. Suas atribuições incluem conhecer os riscos da área, dar resposta aos riscos identificados e acompanhar planos de ação para melhoria do ambiente de controle, além de tratar de mudanças metodológicas relevantes.

As estratégias de mitigação do risco operacional estão alinhadas à Política de Gerenciamento de Riscos e às melhores práticas, englobando etapas fundamentais. A fase de Identificação dos Riscos Operacionais envolve o reconhecimento contínuo de eventos internos e externos que possam impactar objetivos estratégicos. Quando um risco relevante é encontrado, recomenda-se a varredura em processos similares para garantir mitigação consistente em toda a instituição. A etapa de Avaliação dos Riscos Operacionais considera impacto inerente, qualidade do ambiente de controle e mudanças nos ambientes interno e externo, direcionando ações de resposta. A Resposta ao Risco Operacional envolve decisões estruturadas para aceitar, evitar, transferir ou mitigar riscos, garantindo enquadramento ao apetite de risco e revisão contínua. Em Monitoramento, busca-se acompanhar o ambiente de controle de forma recorrente, utilizando análise de dados com granularidade para corrigir causas raiz e garantir reenquadramento ao apetite de risco, inclusive durante mudanças organizacionais relevantes. Por fim, o Reporte dos Riscos Operacionais envolve a emissão de opinião independente à governança e a elaboração de relatórios regulatórios.

Complementarmente, o Itaú investe continuamente em treinamentos e capacitações para seus colaboradores, promovendo cultura de risco, conformidade e ética como pilares fundamentais da organização. Esses investimentos reforçam o compromisso da instituição com a excelência no gerenciamento de riscos operacionais e regulatórios.

OR1: Histórico de perdas operacionais

| | T ⁽¹⁾ | T-1 | T-2 | T-3 | T-4 | T-5 | T-6 | T-7 | T-8 | T-9 | Média dos últimos 10 períodos anuais |
|--|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------------------------------|
| Com limiar de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) | | | | | | | | | | | |
| 1 Valor de perda líquida | 5.218 | 3.432 | 3.613 | 3.363 | 4.159 | 4.324 | 3.283 | 5.077 | 4.305 | 3.245 | 4.002 |
| 2 Número de eventos de perda operacional | 24885 | 28886 | 32203 | 34798 | 32339 | 35137 | 37132 | 34531 | 30191 | 24999 | 31510 |
| 3 Valor total de perda operacionais descartadas da base de perda | 0 | 13 | 11 | 11 | 1 | 0 | 1 | 8 | 4 | 5 | 6 |
| 4 Número de eventos de perda descartados | 0 | 28 | 27 | 18 | 15 | 4 | 2 | 22 | 18 | 22 | 17 |
| 5 Valor de perda líquida considerado eventos descartados | 5.218 | 3.444 | 3.625 | 3.375 | 4.16 | 4.324 | 3.284 | 5.085 | 4.308 | 3.25 | 4007 |
| Com limiar de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) | | | | | | | | | | | |
| 6 Valor de perda líquida | 3.868 | 2.341 | 2.342 | 2.134 | 3.03 | 2.84 | 1.763 | 3.687 | 2.869 | 2.061 | 2693 |
| 7 Número de eventos de perda operacional | 7762 | 8894 | 9580 | 9657 | 9038 | 9270 | 9235 | 8514 | 7273 | 5992 | 8522 |
| 8 Valor total de perdas operacionais descartadas da base de perdas | 0 | 11 | 10 | 10 | 0 | 0 | 1 | 6 | 2 | 2 | 5 |
| 9 Número de eventos de perda descartados | 0 | 10 | 10 | 5 | 4 | 4 | 1 | 8 | 5 | 4 | 6 |
| 10 Valor da perda líquida considerando eventos descartados | 3.868 | 2.351 | 2.352 | 2.145 | 3.031 | 2.84 | 1.763 | 3.693 | 2.871 | 2.063 | 2698 |
| Detalhes do cálculo do RWApad | | | | | | | | | | | |
| 13 | Limiar de perda utilizado no cálculo do ILM: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) | | | | | | | | | | 500000 |

1)T corresponde a 31/12/2024, data-base do DRO utilizado no capital vigente para dezembro de 2025.

OR2: Composição do Indicador de Negócios (BI)

| BI e componentes | | T⁽¹⁾ | T-1 | T-2 |
|----------------------------------|--|------------------------|------------|------------|
| 1 | Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC) | 57.708 | | |
| 1a | Receita de juros e arrendamento mercantil (II) | 382.760 | 303.084 | 274.202 |
| 1b | Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE) | -395.764 | -224.585 | -182.873 |
| 1c | Ativos geradores de juros (IEA) | 1.839.354 | 1.759.349 | 1.594.625 |
| 1d | Receitas de participações (DI) | 23.208 | 14.536 | 18.529 |
| 2 | Componente de serviços (SC) | 57.403 | | |
| 2a | Receita de serviços (FI) | 41.657 | 45.177 | 44.150 |
| 2b | Despesa de serviços (FE) | -13.234 | -13.303 | -13.254 |
| 2c | Outras receitais operacionais (OOI) | 19.183 | 14.886 | 5.440 |
| 2d | Outras despesas operacionais (OOE) | -22.458 | -11.871 | -6.897 |
| 3 | Componente Financeiro (FC) | 10.236 | | |
| 3a | Resultado líquido da carteira de negociação (NTB) | 3.870 | 7.856 | -8.232 |
| 3b | Resultado líquido da carteira bancária (NBB) | -1.634 | -493 | -8.624 |
| 4 | Indicador de Negócios (BI) | 125.347 | | |
| 5 | Indicador de Negócios Ponderado (BIC) | 18.652 | | |
| Divulgação relativa ao BI | | | | |
| 6c | Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC | - | - | - |
| 6d | Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos SC | - | - | - |

1) T corresponde a 30/06/2025, data-base dos insumos do capital vigente para dezembro de 2025.

OR3: Requerimento de capital para o risco operacional

31/12/2025

| | |
|---|---------|
| Indicador de Negócios Ponderado (BIC) | 18.652 |
| Multiplicador de Perda Internas (ILM) | 0,9593% |
| Requerimento de capital para risco operacional | 17.894 |
| RWAopad | 223.676 |

Outros Riscos

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos planos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: Decorre do uso de metodologias e/ou premissas inadequadas na precificação ou provisão dos produtos. Pode se materializar de formas diferentes, a depender do produto ofertado: Em seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação. Em previdência é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas. Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Riscos Social, Ambiental e Climático

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Os fatores sociais, ambientais e climáticos são considerados relevantes para os negócios do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de negócio realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de Crédito, que atende o segmento do Atacado, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídico Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. Como exemplo de diretrizes específicas para a gestão destes riscos, a instituição conta com uma governança específica para concessão e renovação de crédito em alçadas seniores de clientes de determinados setores econômicos, classificados como Setores Sensíveis (Mineração, Metalurgia & Siderurgia, Óleo & Gás, Ind. Têxtil e Varejo Vestuário, Papel & Celulose, Química & Petroquímica, Agro - Frigoríficos, Agro - Defensivos e Fertilizantes, Madeira, Energia, Produtores Rurais e Imobiliário), para os quais há uma análise individualizada dos Riscos Social, Ambiental e Climático. A instituição conta ainda com procedimentos específicos para a própria operação da Instituição (patrimônio, infraestrutura de agências, tecnologia e fornecedores), crédito, investimentos e controladas chave. As áreas de Riscos SAC, Controles Internos e Compliance, por sua vez, dão suporte e garantem a governança das atividades das áreas de negócios e de crédito que atende o negócio. Já a Auditoria Interna atua de maneira independente, realizando a avaliação da gestão dos riscos, controles e governança.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como deliberar sobre produtos, operações, serviços, entre outros que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

O Risco Climático abrange: (i) riscos físicos, decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas, da temperatura e eventos climáticos extremos, e (ii) riscos de transição, resultantes de mudanças na economia em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação.

Considerando a relevância, o risco climático se tornou uma das principais prioridades para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido em manter um processo de evolução e melhoria contínua dentro dos pilares recomendados pelo TCFD. Com este objetivo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está fortalecendo a governança e estratégia relacionadas ao Risco Climático e desenvolvendo ferramentas e metodologias para avaliar e gerenciar estes riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING mensura a sensibilidade do portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, desenvolvida pela Febraban. A ferramenta combina critérios de relevância e proporcionalidade para identificar os setores e clientes dentro do portfólio que apresentam maior sensibilidade aos riscos climáticos, considerando os riscos físicos e de transição. Os setores com maior probabilidade de sofrerem impactos financeiros por mudanças climáticas, seguindo as diretrizes do TCFD são: energia, transportes, materiais e construção, agricultura, alimentos e produtos florestais.

Risco de Modelo

O risco de modelo é o risco proveniente dos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado.

O uso de modelos vem se tornando cada vez mais presente na instituição, apoiando decisões estratégicas em diversos contextos, como na aprovação do crédito, no apreçamento de operações, na estimativa de curvas de volatilidade, no cálculo de capital, entre outros.

Devido ao crescente uso de modelos, impulsionado pela aplicação de novas tecnologias e pela ampliação da utilização de dados, o Itaú Unibanco segue aperfeiçoando sua governança em relação ao desenvolvimento, implantação, uso e monitoramento desses modelos, através da definição de diretrizes, políticas e procedimentos que visam a assegurar a qualidade e a mitigar os riscos associados a cada nova metodologia.

A atuação das áreas responsáveis por modelos é avaliada pelas equipes de Risco Operacional e Auditoria Interna para garantir a aderência a tais políticas. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo dessas avaliações são devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

Risco Regulatório ou de Conformidade

Risco Regulatório ou de Conformidade é o risco de sanções, perdas financeiras ou danos reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional, compromissos com reguladores, compromissos públicos, códigos de autorregulação e códigos de conduta aderidos pelo Itaú Unibanco.

O risco de conformidade é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar as alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e monitorar as ações voltadas para a aderência às exigências normativas e demais compromissos mencionados no parágrafo anterior.

Risco Reputacional

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente de práticas internas e/ou fatores externos que possam gerar uma percepção negativa sobre o Itaú Unibanco por parte de clientes, colaboradores, acionistas, investidores, órgãos reguladores, governo, fornecedores, imprensa e a sociedade de forma geral, podendo impactar a reputação do banco, o valor da sua marca e/ou resultar em perdas financeiras. Além disso, pode afetar a manutenção de relações comerciais existentes, o acesso a fontes de captação de recursos, a atração de novos negócios e de talentos para compor o quadro da empresa ou mesmo a licença para operar.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição permeia sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que estes potenciais riscos sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos, incluindo a utilização de novas tecnologias.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate a atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a localização, a disposição, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilegais. O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparéncia, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos, incluindo a Circular 3.978/2020 do Banco Central do Brasil entre outras, e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também busca um alinhamento contínuo com as melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e capacitação permanente dos colaboradores elegíveis.

Para o Itaú Unibanco estar em conformidade com as diretrizes dessa política corporativa, se estabeleceu um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Políticas e Procedimentos;
- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Cumprimento às Sanções;
- Monitoramento, Seleção e Análise de Operações ou Situações Suspeitas;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se ao Conglomerado Itaú Unibanco e suas empresas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitês de Risco Operacional, Comitê de Gestão de Riscos e Capital, e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem

de Dinheiro. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa corporativo de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Prevenção a Atos Ilícitos”.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos modelos de análise de dados para aprimorar a metodologia de classificação de risco do cliente, monitoramento de transações e KYC, a fim de proporcionar maior acurácia em suas análises e diminuição de falsos positivos. O Itaú Unibanco também vem inovando suas soluções de modelagem utilizando novos métodos baseados em técnicas de *machine learning*, a fim de identificar atividades potencialmente suspeitas.

Risco Cibernético

Os riscos cibernéticos são eventos que podem causar perdas financeiras, interrupções operacionais, extração ou danos às informações armazenadas em nossos sistemas. Esses riscos podem ocorrer por meio de invasões realizadas por indivíduos mal-intencionados, infiltração de “*malwares*” (como vírus de computador), contaminação - intencional ou acidental - de nossas redes e sistemas por terceiros com os quais trocamos informações, exploração de vulnerabilidades, acesso não autorizado às informações confidenciais de clientes e/ ou informações proprietárias por pessoas internas ou externas à Organização, além de ataques cibernéticos que comprometam a disponibilidade dos nossos serviços e a integridade das informações.

O Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes e do público em geral em quaisquer operações. Para isso, adotamos processos rígidos de controle, voltados à detecção, prevenção, monitoramento contínuo e resposta imediata a ameaças e tentativas de invasão à nossa infraestrutura. Essas ações asseguram uma gestão eficaz dos riscos, sustentam a transformação digital e estão alinhadas aos principais reguladores, auditorias externas, melhores práticas e certificações de mercado.

Como parte dessa estratégia, adotamos o conceito de proteção de perímetro expandido, que considera que a informação deve ser protegida, onde estiver: dentro da infraestrutura do banco, em um serviço de *cloud* em um prestador de serviço ou em uma unidade internacional. Essa abordagem contempla todo o ciclo de vida da informação – desde a coleta, passando pelo processamento, transmissão, armazenamento, análise e até sua destruição.

A área responsável por essa estratégia é a **Diretoria de Cyber Security**, criada em decorrência do desafio de proteger o banco em um ambiente cada vez mais digital, complexo e em constante transformação.

A Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security* está disponível no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security*”.

Risco País

O Risco País é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de eventos político-econômicos e sociais ou ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

O Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento da utilização dos limites.

Risco de Negócio e Estratégia

O risco de negócio e estratégia é o risco decorrente do impacto negativo nos resultados e no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da inabilidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

O Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do CA, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno. As tomadas de decisões e as definições de diretrizes de negócio e de estratégia contam com pleno envolvimento do CA, principalmente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, através do Comitê Executivo. De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a Área de Riscos nas decisões de negócio e estratégia, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

Risco de Contágio

O Risco de Contágio é a possibilidade de ocorrência de perdas para as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial em decorrência de suporte financeiro a entidades não consolidadas, em situação de estresse, na ausência ou além de obrigações previstas contratualmente.

O Itaú Unibanco possui uma estrutura para gestão e controle do risco, equipe dedicada e política que define papéis e responsabilidades. Essa estrutura cobre (i) a identificação de entidades em relação a potencial geração do risco de contágio, (ii) a avaliação de riscos em relacionamentos, (iii) o monitoramento, controle e mitigação do risco de contágio, (iv) a avaliação de impacto em capital e liquidez e (v) reportes.

Faz parte do escopo da governança de risco de contágio os públicos de Partes Relacionadas, composto principalmente por controladores (pessoas físicas e jurídicas), entidades a eles relacionadas e entidades controladas e coligadas (conforme definições da Res. 4.693/18), Fundações, investimentos em entidades não consolidadas, fornecedores de produtos e serviços críticos, cessionárias, compradoras e vendedoras de ativos relevantes, terceiros com produtos distribuídos pelo Itaú Unibanco e terceiros para os quais o Itaú Unibanco distribui produtos, além de toda a análise das Unidades Internacionais.

Riscos Emergentes

São aqueles recém identificados e com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Uma vez identificados tais riscos passam a ser monitorados e reavaliados anualmente ou sob demanda, até o momento em que deixem de representar um risco ou até que possam ser adequadamente mensurados, sendo que neste caso passam então a seguir as demais etapas do gerenciamento de riscos. Este processo é assegurado pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, permitindo que estes riscos também sejam

incorporados aos procedimentos de gestão de riscos. Podem ser citados como exemplo os riscos Geopolítico, Climático e Cibernético, que tem ou já tiveram aspectos considerados como riscos emergentes.

Risco Operacional

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, define risco operacional como “a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas”. Esta definição inclui o risco legal associado às inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O gerenciamento do Risco Operacional no Itaú é realizado conforme as diretrizes de sua governança de riscos e envolve as seguintes etapas:

- 1. Identificação:** identificação contínua de eventos internos e externos que possam impactar adversamente o atingimento dos objetivos estratégicos em atividades, projetos ou produtos/serviços. Quando identificado um risco relevante, deve-se buscar a realização de varredura em processos similares para garantir mitigação consistente em todo o banco.
- 2. Avaliação:** classificação do risco residual, considerando o impacto inerente e a qualidade do ambiente de controle. A avaliação deve incluir as possíveis mudanças nos ambientes interno e externo e o seu resultado direcionar as ações para resposta ao risco operacional.
- 3. Resposta:** Conjunto estruturado de decisões e ações adotadas pela instituição para aceitar, evitar, transferir ou mitigar riscos operacionais. Essas respostas devem garantir o enquadramento do risco residual ao apetite de risco, e devem estar sujeitas a revisão contínua e reporte às instâncias de governança.
- 4. Monitoramento:** acompanhamento da qualidade do ambiente de controle, buscando sempre que possível, fazê-lo de forma recorrente, utilizando técnicas de análise e exploração de dados, com visão granular de clientes ou transações e visando ao endereçamento tempestivo das falhas para correção da causa raiz e reenquadramento ao apetite de risco do Itaú.
- 5. Reporte:** Emissão de opinião independente sobre a qualidade do ambiente de controle reportada às alçadas competentes e elaboração de relatórios regulatórios.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público - Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos”, pode ser acessado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

Gestão de Crises e Resiliência Operacional

O Programa de Resiliência Operacional do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos. Para tanto, possui políticas que estabelecem procedimentos, papéis e responsabilidades a serem seguidas pelas áreas do Itaú Unibanco.

O Programa estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, o PCN tem definido ações corporativas e customizadas para suas linhas de negócio.

Para que o PCN reflita as prioridades de retomada do ambiente de negócio que suportam a entrega de produtos e serviços, é aplicado o BIA (Business Impact Analysis). O BIA identifica e avalia o impacto nos negócios, diante de situações de interrupções de seus processos, motivadas por falhas de origem de riscos humanos, naturais, climáticos, ambientais, sociais e/ou tecnológicos.

Considerando a dependência que alguns processos possuem com relação a serviços de terceiros, o Programa conta com um processo de autoavaliação dos fornecedores em relação ao risco de indisponibilidade dos serviços prestados na perspectiva de resiliência para ameaças de interrupção.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhoria das ações de contingenciamento são realizados exercícios dos planos de contingência durante o ano. A periodicidade dos exercícios é estabelecida pelo gestor dos planos, podendo ser: anual, semestral ou de menor intervalo (bimestral, trimestral, mensal, etc), levando-se em consideração a criticidade do processo ou a complexidade da contingência.

O Programa estabelece um fluxo frequente de aculturamento junto a alta administração da companhia, bem como uma análise constante dos cenários e eventos de alto impacto para estabelecer planos de respostas alinhados às ameaças atuais.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhorias nos planos de resposta à crise, são realizados testes, com a periodicidade mínima de uma vez ao ano.

Validação Independente de Modelos de Riscos

O Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 303, 3.646, 3.674, 3.876 e Resoluções 4966, 4.277 e 4.557. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação da robustez técnica e premissas utilizadas nos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* externos;
- *Backtesting*histórico do modelo;
- Avaliação da adequação da implantação dos modelos nos sistemas utilizados.

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

Glossário de Siglas

A

- ACP - Adicional de Capital Principal
- ACCP - Adicional Contracíclico de Capital Principal
- ASF - *Available Stable Funding* (Recursos Estáveis Disponíveis)

B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BCB - Banco Central do Brasil
- BIA – *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)

C

- CA - Conselho de Administração
- CCR - Risco de Crédito de Contraparte
- CCP – Contrapartes Centrais não Qualificadas
- CDS – *Credit Default Swap*
- CEM - *Current Exposure Method*
- CEO - *Chief Executive Officer*
- CGRC - Comitê de Gestão de Risco e Capital
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- Comef - Comitê de Estabilidade Financeira
- CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliário
- CRO - *Chief Risk Officer*
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVA - *Credit Valuation Adjustment*

D

- DLP - Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo
- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

E

- EMD - Entidades Multilaterais de Desenvolvimento
- EVE – *Economic Value of Equity*

F

- FCC - Fator de Conversão de Crédito
- FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
- FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

G

- GAPS - Análise de Descasamentos
- Gregas - Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos

H

- HE - Haircut de Execução
- HQLA - *High Quality Liquid Assets*
- HV - Haircut de Volatilidade

I

- ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo interno de avaliação da adequação de capital)
- IRB - *Internal Ratings-Based*
- IRRBB – *Interest Rate Risk in the Banking Book*

K

- KYC - *Know Your Customer* (Conheça seu cliente)
- KYP - *Know Your Partner* (Conheça seu parceiro)
- KYS - *Know Your Supplier* (Conheça seu fornecedor)
- KYE - *Know Your Employee* (Conheça seu funcionário)

L

- LCR - *Liquidity Coverage Ratio*

M

- MtM - *Mark to Market*

N

- NII – *Net Interest Income*
- NSFR - *Net Stable Funding Ratio*

P

- PCN - Plano de Continuidade de Negócios
- PIB - Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PVA – *Prudential Valuation Adjustment* (Ajustes Prudenciais)

Q

- QCCP - *Qualifying Central Counterparty* (Contrapartes Centrais Qualificadas)

R

- RA - Razão de alavancagem
- RAS - *Risk Appetite Statement*
- RSF - *Required Stable Funding* (Recursos Estáveis Requeridos)
- RWA - *Risk Weighted Assets* (Ativos Ponderados pelo Risco)
- RWA_{CIRB} - Parcera relativa às exposições ao risco de crédito pela abordagem de modelos internos
- RWA_{CPAD}- Parcera relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA_{CPNB}- montante dos ativos ponderados pelo risco correspondente às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário, calculados para as jurisdições cujo ACCPi seja diferente de zero
- RWA_{MINT}- Parcera relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem de modelos internos
- RWA_{MPAD}- Parcera relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem padronizada
- RWA_{OPAD} - Parcera relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional
- RWA_{DRC} - Parcera relativa ao cálculo de capital requerido para as exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação

S

- S.A - Sociedade Anônima
- SAC - Social, Ambiental e Climático
- SA-CCR - *Standardised Approach to Counterparty Credit Risk*
- SFN - Sistema Financeiro Nacional

T

- TCFD - *TaskForce on Climate-Related Financial Disclosures*
- TI - Tecnologia da Informação
- TLAC - *Total Loss-Absorbing Capacity*
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

Glossário de Regulamentos

- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015
- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.809, de 25 de agosto de 2016
- Circular BACEN 3.846, de 13 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.869, de 19 de dezembro de 2017
- Carta Circular BACEN 3.907 de 10 de setembro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.876 de 31 de janeiro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.082 de 30 de janeiro de 2012
- Carta Circular BACEN 3.978 de 23 de janeiro de 2020
- Comunicado BACEN 43.228 de 28 de maio de 2025
- Instrução Normativa BACEN 532 de 24 de outubro de 2024
- Resolução BCB 54 de 16 de dezembro de 2020
- Resolução BCB 111 de 06 de julho de 2021
- Resolução BCB 229 de 12 de maio de 2022
- Resolução BCB 313 de 26 de abril de 2023
- Resolução CMN 2.682 de 22 de dezembro de 1999
- Resolução CMN 4.955, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.958, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.502, de 30 de junho de 2016
- Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017
- Resolução CMN 4.589, de 29 de junho de 2017
- Resolução CMN 4.693, de 29 de outubro de 2018
- Resolução CMN 4.277, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 5.177, de 26 de setembro de 2024
- Resolução BCB 303, de 16 de março de 2023
- Resolução BCB 356, de 28 de novembro de 2023
- Resolução CMN 4.966, de 25 de novembro de 2021

- Resolução CMN 5.199, de 23 de dezembro de 2024